



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 24

Sessão Ordinária de Dezembro

2.ª Reunião de 27-12-2010

Aos vinte sete dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, Júlio Vasconcelos Oliveira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Rafael Alexandre Lopes Nevado, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Vieira Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Octávio Manuel Rodrigues Santos, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra. Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência dos Vogais:[01](#)
Raúl Ventura Martins e Pedro Machado Pires da Rosa.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Marco António Costa Gonçalves, Paulo Alexandre Florentino Marques, Anabela de Almeida Saraiva, Nelson Ricardo Esteves Peralta, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, respectivamente.

Os sucedâneos Joana Cristina Rodrigues Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa apresentaram escusa.

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que o Presidente de Junta de Freguesia, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se

fizeram substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira, Paula Sofia Gonçalves Ramos, Júlio Vasconcelos Oliveira, e Octávio Manuel Rodrigues Santos, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.⁰³

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: ⁰⁴

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa: ⁰⁵

Vogal Filipe Guerra (PCP) ⁰⁷

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰⁸

“Boa noite a todos os presentes. Diz esta Comunicação que apresenta os assuntos por ordem decrescente de importância. O que é verdade! A primeira referência que tem é ao Orçamento Participativo.

O Bloco de Esquerda concorda com a importância que o Executivo dá ao tema, que dá ao orçamento Participativo. Mas ao dá-la, talvez por estarmos em época natalícia, ao ler não pude deixar de comparar a uma espécie de carta de uma criança ao Pai Natal: “Pai Natal, este ano entre Setembro e Novembro, portei-me bem!”

Diz, nessa fase, que a Câmara realizou a conferência do Orçamento Participativo de Aveiro “reflectir para agir”.

Sobre esta matéria, o Bloco apresentou já aqui a proposta que todos conhecem. De facto, como disse o deputado do PCP, o PCP absteve-se. Eu lembro-me a propósito daquilo que considera ser o modelo Bloco-PS que o PS nesta Assembleia também votou contra a nossa proposta.

A este propósito, recordo que a bancada do Bloco de Esquerda, precisamente em Março do ano passado, apresentou essa proposta de recomendação para o Orçamento Participativo. E à data já o fez de forma aberta de maneira a que os métodos e regras do mesmo saíssem do debate entre todos os partidos. Portanto, sem um modelo “a priori”. Na altura, admito, fê-lo de forma ingénua. Porque acreditava que todos os deputados principalmente do Partido Social Democrata conheciam o seu próprio programa eleitoral. O que, veio-se a revelar durante o debate, era falso. Era e é! A maior parte dos deputados do PSD e do CDS desconhecia o próprio programa eleitoral. Ou seja, não o ajudaram a escrever, nem sequer o leram. À data também, a proposta foi rejeitada pelo PS e por esses dois partidos, PSD e CDS, revelando de uma forma que eu considero mesquinha e interesseira como estes partidos tomam as suas opções políticas.

Aliás, retirei da acta da referida assembleia o seguinte, dito pelo vogal Victor Martins à data: «sobre o assunto em causa considero a proposta descabida. Existe um compromisso, desde 2006, entre o actual Executivo e os municípios do Concelho, alargado às Juntas de Freguesia, às Associações, com o objectivo de definir novas prioridades nas Grandes Opções do Plano». O que isto quer dizer é: opiniões de cidadãos, não. As eleições chegam. Orçamento Participativo, não!

Vogal Manuel Prior, também do PPD-PSD: «cabia a esta comissão (a comissão eventual) não representativa da democracia (e sublinho o não representativa da democracia) definir outras questões pertinentes no quadro da implementação do Orçamento Participativo, não fosse escapar alguma coisa ao executivo democraticamente eleito». Traduziu para ‘meter o bedelho onde não era chamado’. Ou seja, à data também, para este deputado do PSD um cidadão participar numa percentagem do Orçamento é “meter o bedelho no Orçamento da Câmara Municipal”. E sobre Orçamento Participativo estamos falados para já.

Diz ainda a Comunicação do Presidente que «determinado em provar, por todos os meios legais, a falta de razoabilidade da implementação das portagens nas SCUT que atravessam o Concelho de Aveiro, bem como a grave violação das normas de direito nacional e direito da União Europeia, a Câmara Municipal de Aveiro apresentou queixa formal contra o Estado Português». A tradução política disto é: determinado em provar por todos os meios legais, a falta de razoabilidade daquilo que o PSD apoiou politicamente e deixou estrategicamente passar na Assembleia da República, a Câmara Municipal de Aveiro apresentou queixa formal contra o Estado Português!? O Executivo ou o Presidente já falou com o Presidente do seu próprio partido, sobre isto? É que eu ainda não ouvi o Passos Coelho falar sobre portagens nas SCUT, a não ser para se mostrar a favor. Nunca falou sobre esta questão em Aveiro e nunca se mostrou politicamente contra.

E lamentavelmente até, tenho a certeza que o próprio sente bem na pele o facto de termos de pagar cada vez mais portagens, já que parece que nem prendas para as filhas mais velhas pôde comprar no Natal.

E por terceiro, e para terminar a primeira intervenção, refere-se ainda ao facto da edilidade e a Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto terem celebrado o contrato de financiamento que assegura o apoio do QREN para a construção do Centro de Alto Rendimento do Surf, em São Jacinto. Haverá, com certeza, quem concorde com a construção deste Centro de Alto Rendimento de Surf. O Bloco de Esquerda, quando este foi votado como uma espécie de remendo ao Orçamento, votou contra. E cabe-me dizer que votou contra todos os que não concordarão com ele e com os milhares de euros nele gastos.

Estou a falar dos que esperam eternamente por um serviço razoável da Moveaveiro para irem todos os dias para o trabalho; daqueles que viram a factura da água aumentar e têm dificuldades para a pagar; daqueles que já perceberam a degradação urbana do concelho; enfim, de todos aqueles que pela conjuntura económica e política (vossa conjuntura política), conjuntura económica de todos, vivem neste momento tempos de austeridade — mas vão ter um Centro de Alta Rentabilidade de Surf!? Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (CDS-PP) [09](#)

Vogal Ivar Corceiro (BE) [010](#)

Vogal Paulo Marques (CDS-PP) [011](#)

Vogal Francisco Picado - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [012](#)

“Sr. Presidente, Executivo, caros colegas, boa noite. Esta minha primeira intervenção sobre a comunicação escrita incide, essencialmente, sobre algo que já aqui tem vindo a ser referido há várias sessões. E tem a ver com a qualidade da informação que a mesma encerra. Eu diria que o ano passado não estaria em condições de fazer esta observação, mas agora, após algumas sessões e após ter lido algumas comunicações de forma continuada, o que se depara nesta comunicação é que, sistematicamente, a mesma infere de um problema estrutural, do meu ponto de vista, obviamente. E este problema estrutural passa, essencialmente, pelo facto de nós não conseguirmos, ao longo do ano, de

Comunicação para Comunicação, entender qual é a política do Executivo da Câmara Municipal de Aveiro. Ou seja, esta comunicação não é mais que um somar de eventos que a Câmara vai organizando de trimestre para trimestre. Portanto, há assuntos que aparecem, há assuntos que desaparecem, e há assuntos que voltam a aparecer, há assuntos que voltam a desaparecer. Ao fim de um ano civil é extremamente difícil podermos fazer um balanço com base nas comunicações que nos são apresentadas. Este é o primeiro aspecto que me parece relevante.

O segundo aspecto prende-se essencialmente com a informação financeira que vem apenas a esta comunicação. A que vem inclusa na própria comunicação, já por mais que uma vez foi aqui referido que me parece manifestamente escasso que o Município e o Executivo se resumam apenas a meia página para referir aquilo que é o balanço da actividade da Câmara, do ponto de vista financeiro. Por outro lado, há um conjunto de balancetes que são documentos que vêm anexos a esta comunicação que não trazem qualquer referência aos mesmos, qualquer referência escrita, para além dos números que lá são indicados. E eu volto a repetir que me parece manifestamente escasso o tipo de informação que é prestado.

Mais... os próprios balancetes entre si diferem na forma da sua apresentação. Não sei qual o motivo pelo qual a maior parte das empresas municipais que estão sob responsabilidade do Município, porque as outras que não estarão terão a liberdade de apresentar o balancete da forma que entenderem, mas aquelas que dependem directamente do Município parecer-me-ia interessante que as mesmas reflectissem a informação da mesma forma.

Espero que esta sugestão seja aceite. Penso que não é difícil e penso que facilita a leitura de quem terá que fazer a análise aos referidos documentos. É só, de momento.”

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD) [013](#)

Presidente da Mesa [014](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) [015](#)

Vogal Paulo Marques (CDS-PP) [016](#)

Vogal Paulo de Jesus (PS) [017](#)

Presidente da Mesa [018](#)

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) [019](#)

Vogal Ana Seíça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [020](#)

“Se calhar deu resultado aquele meu apelo às minhas colegas deputadas para falarem!

Em primeiro lugar, penso que toda a gente, os Senhores deputados, os Senhores Vereadores, os Srs. Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal, espero que tenham tido umas Boas Festas. Está tudo com o espírito de Natal. Está tudo a correr no espírito de entreatajuda, de cooperação, e é isso que vamos continuar a fazer pelo menos até ao fim desta sessão.

As minhas intervenções são normalmente muito precisas para aquilo que penso que será a minha função aqui.

Eu começaria por fazer alguns reparos a alguns dos temas que já foram aqui falados, nomeadamente a Agro-Vouga que todos os anos tem vindo a diminuir o número de expositores agricultores!? É uma feira que é muito importante na região e que está a diminuir o número de pessoas, não só que a visitam, mas também o número de expositores. Até porque, anteriormente, isto decorria durante uma semana e agora passou a ser um fim-de-semana mais ou menos alargado.

Depois, também decorria no tempo em que as pessoas tinham férias, o que seria mais um atractivo para a cidade porque chamava cá mais pessoas, aproveitavam e, provavelmente,

iriam à praia. Agora faz-se, creio eu, no fim de Setembro, e já não tem o cariz e a importância que teve noutros tempos.

Eu gostaria de perceber o que é que aconteceu? Ou se por acaso a Câmara sabe porque é que aconteceu esta diminuição do número de expositores agricultores ou porque é que as pessoas não frequentam tanto a Agro-Vouga. Mas isto acontece também com outras feiras, não acontece só com a Agro-Vouga. Como já aqui falámos, é o caso da Farav, onde isso também acontece.

Eram dois factores que chamavam a atenção para as pessoas virem a Aveiro. E era até mesmo a nível nacional não era só a nível local.

Depois, passou mais um dia da mobilidade! Já falaram aqui outros Srs. deputados sobre a semana europeia da mobilidade. Continuo a não perceber porque é que durante um tempo, até porque nos Paços do Concelho existem lá umas lápides a congratularem-se pelo facto de Aveiro ter aderido à semana europeia da mobilidade, porque é que não existe? Porque é que não se festeja aquele dia. Nós ouvimos nas televisões, não se verificou na cidade nenhuma alteração dos trânsitos, nem nada. Isso dá de facto algum transtorno às pessoas, mas também nos chama à atenção para a necessidade de racionalizarmos a mobilidade e implementarmos outra forma de estarmos nas cidades.

Vou falar também sobre as árvores da avenida porque, no dia em que cortaram as árvores, eu cheguei à avenida e não reconheci a “minha” avenida. Parece que tinha passado por ali um barbeiro com máquina zero e foi uma “carecada” monumental.

Não ponho em dúvida a necessidade que existia de se fazerem cortes nas árvores. Mas eu pergunto: é este o passo que querem dar para revitalizar a Avenida? É só este? Para quando os restantes? Tanto se fala aqui na revitalização da Avenida, na alteração da forma como a avenida será feita... para quando Sr. Presidente?

Isto de cortar as árvores foi, se calhar, o mais fácil. Ir ao barbeiro com uma máquina zero e cortar as árvores que já estão replantadas (até foi com rapidez) – também se deve dizer que as pessoas que andaram lá a fazer os canteiros fizeram aquilo com alguma rapidez – vamos ver para quando o resto.

Passaria agora ao plano social. Na Comunicação Escrita fala-se do Gabinete de Inserção Profissional, instalado na Freguesia de N. Sra. de Fátima.

Eu gostaria de saber, porque já foi falado aqui mais do que uma vez, quais são os resultados do Gabinete de Inserção Profissional? Mais do que dizer que está a funcionar é importante que saibamos quais são os resultados.

Passaria para a comemoração do vigésimo primeiro aniversário da convenção sobre os direitos da criança.

Não podemos passar a vida a ler ou a elencar eventos sem sabermos o que é que devemos fazer para que eles tenham uma realização. Porque mais do que comemorar é necessário pensar como pôr em prática os direitos dessas crianças ou como proteger as crianças. É que ao proteger as crianças estamos a defender os seus direitos.

Fiquei a saber que houve aqui umas entidades – isto é da responsabilidade da Câmara, da Universidade e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Aveiro e que envolveu quarenta e cinco entidades públicas e privadas – e peço imensa desculpa se vou chamar para aqui um campo que me diz muito respeito que é a Ordem dos Advogados. Não fomos chamados e penso que deveríamos ter sido chamados para intervir. Mas mais do que a Ordem dos Advogados, era nesta Assembleia que eu acho que deveriam ter feito aqui uma comemoração sobre o vigésimo primeiro aniversário da convenção dos Direitos da Criança. Como também se deve fazer para a comemoração dos Direitos do Homem. É nesta sala, neste sítio, que devemos fazer essas comemorações. Porque mais do que nunca é aqui que eles também devem ser exercidos. E não pode ser mais um evento para ficar para a história. Temos de pensar é nos planos para os pormos em funcionamento e para os realizarmos. Não é nós depois passarmos a dizer que as crianças são mal tratadas, os

direitos das pessoas não têm correspondência com aquilo que está escrito, e não fazemos nada por isso. Fartos de colóquios e de boas intenções estamos todos muito cansados. E devemos começar nós a dar o exemplo. É de pequenino que se começa a resolver... nós somos pequeninos mas podemos chegar longe. Eu deixava aqui este repto não só a esta Assembleia mas também à própria Câmara.

Creio que isto é com o Sr. Vereador Carlos Santos. É o problema dos passeios e do mau estado dos passeios. Já há muito tempo que não falava disto e gostava de lhe chamar a atenção. Continua a ser muito mau o estado dos passeios e as vias também continuam com muitos buracos. E há um sítio que nós falámos aqui na cidade que é particularmente mau que é aquele que vem dos Correios em direcção à Avenida de Santa Joana. Aquele sítio ao pé da “Casa Martelo”. Afinal tem dois sentidos e acontecem as coisas mais estranhas que se possam imaginar. No outro dia vinha uma camioneta a fazer marcha-atrás para a avenida Santa Joana, o que é uma coisa que põe em risco a vida das pessoas e o trânsito e tudo o mais. Acho que chegou a altura da Câmara fazer intervenção nesse sítio e esclarecer como se vai fazer aquele trânsito naquele sítio. É tudo.”

Vogal Nelson Peralta (BE) [021](#)

Vogal Ana Seiça Neves (PS) [022](#)

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [023](#)

“Muito obrigado Sr. Presidente. Antes de mais cumprimentar a Mesa na pessoa dos meus colegas, cumprimentar a Câmara na pessoa do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores, o público aqui presente, a comunicação social e os meus colegas, reiterar votos que tenham tido um Santo e Feliz Natal junto dos vossos.

Dirijo-me a esta Assembleia para dar nota de dois assuntos que mudaram e de certa forma alteraram a nossa cidade e a sua dinâmica. E começo exactamente pela Avenida Lourenço Peixinho.

A Avenida Dr. Lourenço Peixinho é a “sala de visitas” da nossa cidade que foi renovada. Segundo a minha modesta opinião, ficou melhor, mais airosa e até luminosa. Acho que é a altura certa para dar uma palavra de apreço a todos quantos nela trabalharam, de uma forma muito dinâmica e ágil, conseguindo minimizar o incómodo que uma obra desta índole poderia ter na cidade. Por tudo isto e porque penso que por vezes é preciso ter a coragem de fazer mudança, uma palavra de felicitação à Câmara Municipal porque teve essa coragem e porque o conseguiu, e mais uma vez segundo a minha modesta opinião, de uma forma muito positiva.

Uma outra nota, porque pessoalmente gosto e valorizo esta quadra, é para a forma dinâmica e empenhada como o Executivo dinamizou esta quadra natalícia na nossa cidade. Numa altura em que a conjuntura nacional traz todos muito apreensivos, sem um sorriso no rosto, olhando desconfiados um futuro comprometido, é bom, e foi bom, entrar na magia do Natal, nem que fosse só por alguns momentos. Foi bom, e é bom, olhar as ruas luminosas e ver as nossas praças com crianças que dão a esta quadra alegria e luz que não vemos nos rostos preocupados daqueles que desconfiam do próprio futuro.

Uma felicitação e uma palavra de apreço para o Executivo que, de forma simples, mas luminosa como a quadra o prevê conseguiu envolver Aveiro e os aveirenses na magia do Natal. Termina a minha intervenção desejando a todos um ano de 2011 muito próspero e umas Boas Festas. Disse.”

Vogal Nelson Peralta (BE) [024](#)

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) [025](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²⁶

“Sr. Presidente, Srs. deputados, Exa. Câmara. Queria começar por fazer quatro referências breves àquilo que já foi dito “en passant” na última reunião e que está plasmado na Comunicação do Sr. Presidente.

A primeira tem a ver com a questão do Teatro Aveirense. E o que eu gostaria de compreender era o seguinte. Em primeiro lugar saber em concreto quais vão ser, de facto, as orientações dadas a essa infra-estrutura e a esse espaço cultural de excelência e de afirmação de Aveiro, no ano de dois mil e onze; saber se vamos ter ou não director artístico e, se o tivermos, para que é que ele servirá, visto que temos um conjunto de dívidas importantes que tão cedo não irão ser saldadas; e também qual vai ser, e é uma questão que é, para mim, importante, a articulação do espaço cultural do Teatro Aveirense, nomeadamente, com o Centro de Congressos – e aqui a invectiva é a dividir por dois vereadores – e com outros teatros da região, nomeadamente, Estarreja e Ílhavo. Desta forma, entendemos, que se afirma a capitalidade e a importância do Teatro Aveirense. E não é só uma questão de somenos importância, tem a ver com o arco populacional aqui à volta e que era importante esta articulação de uma oferta melhorada e que pudesse servir mais públicos.

Outro ponto tem a ver com a questão da ADRA. Os aumentos mantêm-se, os aveirenses estão a pagar mais pela água, antes de abrirem a torneira já estão a pagar mais porque as taxas de disponibilidade mantiveram os aumentos do início deste processo, e eu gostava de saber o que é que foi feito para que isso pudesse inverter-se — tal como foi dito pela bancada do PSD na última Assembleia Municipal. Até porque, recorde, foi uma promessa deste Executivo que, com a constituição da ADRA, os aumentos da água em Aveiro não se iriam verificar. E, portanto, esta maioria, se por um lado, hipocritamente, mantém os impostos municipais baixos, por outro vai ao bolso dos aveirenses numa medida pouco social que abrange ricos e pobres, abastados e menos abastados. É preciso que o Sr. Presidente diga com clareza o que é que vai e o que pretende fazer.

O terceiro ponto tem a ver com a questão do planeamento — a revisão do PDM.

A revisão do PDM tem sido aqui recorrentemente questionada e debatida, mas as redundâncias e os discursos generalistas mantêm-se com concretização praticamente a zero.

Diz-se apenas e já entrou no jargão desta Assembleia (e ainda bem) que se mantém um grande processo participativo à volta da revisão do PDM, com o envolvimento das Juntas nestes processos. É encantador o discurso... mas o que não se consegue compreender é qual é a estratégia de envolvimento de toda a população em tão importante documento estratégico, visto que, de segunda geração, tem esta componente mais abrangente. Não se compreende de que forma é que a Câmara pretende fazer essa participação, tendo ainda a “bola” do seu lado na revisão do Plano Director Municipal. Neste momento este processo representa uma total opacidade para a generalidade da população, à excepção, naturalmente, de quem quer ver os seus interesses particulares salvaguardados no próprio documento. Mas do ponto de vista geral do desenvolvimento do Município isso não se verifica e é uma total ambiguidade o que nos é transmitido.

Já em relação ao Plano Regional de Ordenamento do Território a Câmara se portou da mesma maneira. Muito ligeira, não tomou sequer uma deliberação ou uma posição sobre a proposta final do Plano Regional de Ordenamento do Território — e é ele o quadro de referência para a revisão do PDM.

E depois, fala-se ainda, nestas questões, do Plano Municipal de Mobilidade. Disse na última Assembleia, que o Plano Municipal de Mobilidade não é, só por si, solução para os problemas do Concelho. Falava-se, também, na Comunicação do Presidente sobre a Semana Europeia da Mobilidade que, enfim, está muito pobrezinha. Passámos do caricato

do mandato anterior de se cortarem ruas pedonais ao trânsito para três ou quatro projectos sem grande impacto social.

Recordo que Aveiro é fundadora das cidades e vilas com mobilidade para todos, e nesse campo nada se fez. A semana da mobilidade é uma oportunidade perdida.

E a questão que se levanta é esta: o conjunto de objectivos gerais que vêm na Comunicação do Sr. Presidente como pressupostos da elaboração do plano municipal vão ser concretizados por quem? A Moveaveiro está falida. A Moveaveiro não tem estratégia. A Moveaveiro não tem liderança. Para que é que serve a Moveaveiro?! A Moveaveiro, na sua génese, servia precisamente para apensar a mobilidade no Concelho.

E queria-vos recordar do seguinte Sras. e Srs. É que neste momento está ser elaborado um plano inter-municipal de mobilidade. E era preciso que o Executivo aqui dissesse, hoje, de que forma é que pretende integrar as opções de mobilidade para o Concelho no capítulo regional. Isso é de importância fundamental, até porque, em muitas ocasiões, nós aqui aventámos que a sobrevivência da Moveaveiro se faria do ponto de vista inter-municipal. Até porque como todos reconhecemos na altura, a Moveaveiro precisa de mais escala. E é essa escala que eu penso que o Executivo deveria estar disposto a lutar por ela.

Por último... falou-se aqui do Orçamento Participativo.

A Comunicação do Sr. Presidente tem um conjunto de ideias acertadas e que lá vêm transcritas. O que resta saber é se a “coisa” se concretiza ou não. É de facto nós vamos ter implementado no terreno o Orçamento Participativo. É a única coisa que me preocupa e, portanto, desse ponto de vista não vou estar a discutir o mérito das propostas.

Mas ainda assim gostava de fazer uma ressalva. Disse aqui, por parte do Partido Comunista Português, que eram favoráveis a um modelo de auscultação. Nada mais de anti-democrático e de negativo, do ponto de vista da participação. Porque perguntar a alguém o que é que a pessoa acha e depois não lhe pedir para ela intervir e ser co-decisora isso é a morte de qualquer processo de participação. Aliás, algumas câmaras do PC tiveram os projectos dos orçamentos participativos irem por água abaixo, precisamente por isso.

Por outro lado, o Bloco de Esquerda arroga-se sempre «nós fomos os primeiros a dizer», não é? Bem... enfim, não foram nada. Não descobriram a pólvora e, aliás, se virem nas actas, há cinco anos, na discussão do primeiro orçamento da Câmara Municipal de Aveiro está lá uma declaração de voto sobre a questão do Orçamento Participativo e a importância da sua implementação, há cinco anos, no primeiro mandato deste Executivo — demorámos cinco anos a chegar aqui. É importante que, agora, as coisas se implementem e que acha, de facto, um processo de participação.

Como dizia alguém, com oportunidade, os processos de participação que esta Câmara tem desenvolvido são uma fraude. E de facto são... a começar pelo processo de participação da Avenida, a questão do Parque da Sustentabilidade, e tantos outros.

Portanto, agora, está na altura é de pôr as coisas no terreno e de perguntar às pessoas aquilo que elas acham, para que, de facto, as coisas possam ser cumpridas e os objectivos possam ser alcançados. Disse.”

Vogal Filipe Guerra (PCP) [027](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [028](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [029](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [030](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [031](#)

“Boa noite a todos, espero que tenham passado umas boas festas. Obviamente o facto de eu estar de vermelho tem a ver somente com a quadra porque nem politicamente, nem desportivamente, isto tem alguma razão de ser.

Eu não fiz pedidos de esclarecimento, e também não os vou fazer, mas de qualquer forma aproveito esta intervenção para ser o mais sucinto possível relativamente a alguns assuntos que aqui foram tratados, e para falar da comunicação do Sr. Presidente da Câmara que acho extremamente relevante e que traz assuntos muito importantes para todos nós e para todos os munícipes aveirenses.

Relativamente à ADRA, lembrar – e num tom de voz, assim, calmo, e não alarmista nem, como diria alguém muito meu amigo, nem estapafúrdio – e dizer que estas coisas são como o Vinho do Porto... vão melhorando, mas temos de fazer com que elas melhorem. O Partido Social Democrata sempre alertou para estas situações – apoiando, obviamente – mas sempre solicitou que viessem a ser elaborados estudos para analisar, de facto e in loco, a situação, o que está a acontecer e o que é que se pode emendar, porque certamente existem situações, como as que já vieram aqui e a público, que não são, aparentemente, indiciadoras de boas práticas. Portanto, fica este nosso pedido, muito calmo e transparente, para que, de facto, a transparência vingue. Porque é do interesse de todos os aveirenses que, de facto, não se sintam, com todo este processo, injustiçados pela parte da ADRA. Quero crer que o bom senso prevalecerá junto dessa instituição e que a Câmara fará as suas diligências junto dessa instituição. Quero crer, aliás, que já o estará a fazer para que nós tenhamos situações mais justas relativamente a muitas das situações que ocorrem.

Quanto aos nossos amigos deputados, eu tenho ouvido aqui várias intervenções, algumas das quais alarmistas. Aparentemente, está tudo mal. Não me parece que esteja tudo mal e, portanto, vou mais num sentido positivo da vida, porque acho que é preciso dar alguma coisa de positivo à vida. Porque se não devemos ser muito nostálgicos e ter vários problemas de insanidade que não convém referir.

A Câmara começa pelo Orçamento Participativo. Eu acho muito interessante. Vi alguns, não muitos, eu tive o cuidado de estar nesse momento, e estamos aqui a falar do Orçamento Participativo, mas duvido que muitos dos que estão a falar – eu sei que alguns estão, e a esses, desde já, o meu pedido de desculpas e reconhecimento – nem cá estiveram para ouvir a situação sobre o Orçamento Participativo. Não quero dizer com isto que terão menor legitimidade para o fazer, mas pode indiciar alguma coisa. Não sei...

O orçamento participativo que interessa é o nosso Orçamento Participativo. Não o Orçamento Participativo dos outros, nem as ideias dos orçamentos participativos que os outros transmitem. Eu estive cá, achei bastante interessante aquilo que foi dito, foram abordados muitos assuntos e muitas preocupações, e acho que foi uma iniciativa da Câmara Municipal de Aveiro muito importante para que todos nós pudéssemos saber quais foram as boas práticas e aquilo que aconteceu de mau naqueles orçamentos participativos. E daí um alerta muito especial para os cuidados a ter e quanto às expectativas dos próprios cidadãos quanto ao Orçamento Participativo. Acho que essa é uma das situações que mais teremos que ter em atenção para que ninguém se sinta defraudado relativamente à própria iniciativa e para se sentir que todos, de facto, estão ali representados com as suas ideias.

De uma vez por todas, de facto, que seja um orçamento participativo.

Relembro também, para responder a um colega que há pouco falou, que este é, de facto, um dos pontos que estava incluído no programa eleitoral da coligação, portanto, nada de novo. Quanto anteriormente não ter sido votado, as pessoas apresentam como muito bem entendem e nós temos direito a recusar face aos pressupostos que essas propostas muitas vezes apresentam. Portanto, nada mais do que isso. Não estamos, necessariamente, nem nunca estivemos contra um orçamento participativo. Estamos contra determinados tipos, se calhar, de formas de orçamento participativo. É necessário ponderar tudo isto com calma e pensar bem antes para que evitemos fazer asneiras. Julgo que foi isso.

Passemos a outro assunto. Agora vou falar das SCUT muito rapidamente.

Eu não sou daqueles que – e estou a falar de uma forma pessoal, neste assunto – considero que nós devemos partir para a loucura. Eu acho que o bom senso e a ponderação, em todas estas questões, dão mais resultado que todas as outras situações. E, portanto, acho que tudo o que deve ser feito deve ser feito dentro da legalidade, com ponderação e que não nos leve a tomar iniciativas que, posteriormente, nos venhamos a arrepender. E a arrepender fortemente.

Porque a nossa responsabilidade como políticos não nos permite isso. Ou seja, nós não podemos incitar “à revolta” e depois atirarmos os foguetes e colhermos depois as canas. Porque as canas de incitação à revolta nós sabemos como começa mas não sabemos como acaba. Portanto, cuidado com estas situações. É importante levar e perguntar, estabelecer com base em estudos, em argumentos, em factos que a situação não está, de facto, bem. Fazer as diligências a nível institucional e legal, muito bem. Acho que se deve ir à causa do problema. Porque é que houve, se é que houve, isto como contrapartida de outras coisas. Porque de facto a IP5 não estava, que me pareça, incluída num processo inicial. Nunca foi portajada, nunca tinha sido e houve aqui qualquer coisa, de facto, que nos poderá ter escapado e foi usada como contrapartida para coisas e para contratos futuros. De facto não entendo e gostaria de entender.

Relativamente à Avenida Dr. Lourenço Peixinho.

Em todas as coisas na vida, eu continuo a insistir, é preciso ter coragem para tomar decisões. E esta é, provavelmente, uma das situações em que, neste mandato, julgo eu, a Câmara mais coragem teve de ter e tem de ter. Porque é, de facto, o ex-líbris da cidade de Aveiro, é uma zona por onde todos nós passamos e é uma zona que deve ser e tem de ser cada vez mais convertida na zona fulcral da cidade de Aveiro.

Eu acho que a Câmara teve coragem, teve determinação e não me parece, face aos estudos que existiam, na altura, que haja outra justificação para não se fazer. A situação estava tão caótica, nesse âmbito, que, de facto, só havia uma alternativa que era fazer. E fazer apoiado em estudos e fazer apoiado em quem sabe do assunto. E é assim que tem de ser. E, por isso, eu folgo que tenha havido a nível do Executivo Camarário, em todos, mesmo todos os Vereadores, tenha havido uma unanimidade relativamente a este assunto e que este assunto seja o corolário de boas vontades e bom senso de todos.

Quero também realçar o profissionalismo do Executivo, mas em particular de todos os funcionários da Câmara Municipal de Aveiro porque estas coisas quando correm mal, normalmente, dizem-se; quando correm bem, normalmente, não se dizem. O profissionalismo da Câmara Municipal de Aveiro e o profissionalismo dos seus funcionários é de realçar, o timing que houve é de realçar, porque evitou, tanto quanto possível, colidir com toda a parte comercial. No Natal tínhamos a situação pronta ou quase pronta, e isto foi uma situação muito importante.

E para terminar, muito rapidamente - Sr. Presidente a sua anuência - a parte do social. Eu tinha aqui mais dois pontos, mas pronto.

Vamos seguir aquele conselho que temos vindo a saber, quem sabe fazer é quem está mais próximo, são aquelas pessoas que conhecem. As Juntas de Freguesia tiveram aqui um papel muito importante, na situação actual em que se encontra o país, para dar algum, pelo menos pontualmente, carinho a todos aqueles que necessitam.

Isso é uma das coisas, particularmente, que me toca muito e do qual sou muito sensível e que deve continuar. E além do mais é uma das coisas que se reflecte nas GOP e que mais tarde falaremos – que eu tive cuidado de olhar para lá. Acho que estão de parabéns as Juntas e acho que é um esforço que devem continuar a fazer porque é essa uma das suas funções. O meu agradecimento em nome daqueles que foram ajudados.

Finalmente – concluirei já, permita-me só mais um minuto – a questão dos mercados e a dinamização dos mercados. Os parabéns por essa dinamização porque acho que foi

frutuosa e, como disse a Ângela, trouxe aquele sentimentalão que o Natal necessita e que as pessoas necessitam para ver se conseguem criar algum dinamismo nos mercados. Foi importante. Conseguiu-se juntar duas boas vontades. Uma sugestão. Acho que a Câmara deve usar mais os seus contactos, a sua página Web para divulgar melhor junto dos cidadãos.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) [032](#)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) [033](#)

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [034](#)

“Obrigado Sr. Presidente. Eu começo por me sentir satisfeito por duas afirmações que ouvi aqui. A Senhora Secretária da Mesa disse que «a Avenida é o hall de entrada da cidade»... “a sala de visitas”, ainda melhor. Ainda melhor. O Carlos Valente disse que «a Avenida é o ex-libris da cidade». Eu espero que ninguém diga a seguir que Aveiro é Vera-Cruz e o resto é paisagem.

Eu só vou intervir por uma notícia que li, hoje, no jornal, e aproveito para dizer aqui algumas coisas. Vem aqui no jornal de hoje «Município amigo da população sénior».

Estou a ler o que a Comunicação Social escreve aqui que fez ou diz que fez – e fez. Já andamos nisto há tantos anos e eu pergunto e pelo que aqui também se diz e que eu leio: «realidade ou utopia».

É uma verdade que há anos que andamos a ouvir e a falar sobre ‘redes para a inclusão’ mas o que é verdade é que se discute, discute, perde-se tempo – perder tempo não se perde porque se aprende alguma coisa – na discussão da pobreza e da inclusão, mas cada vez há mais pobres. Quer se dizer... não se resolve nada.

Depois temos aqui qualidade de vida da população idosa. Onde é que está isso?

Depois fala-se na rede de intervenção de Aveiro e nos resultados positivos do projecto RIA. Mas o projecto RIA já acabou há dois meses ou há três meses.

Tudo isto é muito bonito como “chavão”. Porque nós vemos que a Acção Social está mal projectada. E não é a Câmara que a projecta mal, vem de cima! Porque os projectos sociais são mal feitos.

Os projectos sociais não são para diminuir a pobreza, são para criar emprego aos técnicos — e eu vou explicar aqui isso.

Depois anda-se uma quantidade de tempo a dizer «cidade amiga dos idosos». Como? Se a mobilidade para os idosos na cidade é uma insegurança.

Depois também se falou, e até se criaram bandeirinhas na «cidade amiga das crianças». Como é que pode haver uma cidade amiga das crianças se eu não vejo a secção da Acção Social da Câmara a falar em parques infantis de qualidade, em piscinas públicas?

Depois, «cidade amiga dos deficientes». Como é que pode ser cidade amiga dos deficientes se a maioria das passadeiras e dos passeios não têm rampas para os deficientes?

E era com isto que os técnicos da Acção Social da Câmara se deveriam começar a preocupar, em vez de olharem para os projectos que vêm de Lisboa.

Porque isto da Acção Social é preciso ter sentimentos. E eu ando lá e não oiço isto há oito dias nem há seis meses. Discute-se muito e resolve-se pouco!?

E eu quero dizer aqui, mais uma vez e para terminar, que os projectos de Acção Social são estes, e são feitos pelos que sabem, lá de cima e mandam para aqui. Depois, aqui, fazem-se os projectos.

É que a realidade é esta. Promovem-se projectos, quase todos ou todos, em que oitenta por cento são para recursos humanos e vinte por cento para apoio a carenciados. Esta é a realidade.

Depois estes recursos humanos são para fazer acção de gabinete porque para trabalhar com os deficientes, com os carenciados, tem de se arranjar voluntários.

Já no outro dia disse isto ao meu amigo Calafate ‘não nos podemos calar’. Não temos que ter medo!

Se é o Governo que faz isto é mal feito. Eles não percebem nada do que há cá fora. Eles não sentem a população. Eles não vêm cá para fora, metem-se nos gabinetes e, depois, há os lobbies. E isto é que é mau.

Portanto, aquilo que eu peço - e não falo só de agora, há anos que falo nisto, eu não falo de Acção Social há meia dúzia de meses – o que eu peço é que, os técnicos tenham sentimentos e façam realmente ‘Acção Social’. Obrigado.”

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [035](#)

“Ex.ma Mesa, distinta Câmara, Senhores Deputados. Gostaria de começar por endereçar os parabéns à Câmara Municipal de Aveiro pela sua audácia na decisão de abater os choupos existentes na Av. Dr. Lourenço Peixinho. De acordo com o estudo de especialistas, estas árvores estavam doentes colocando em perigo os automobilistas e peões que diariamente circulam por esta artéria.

Houve quem afirmasse que esta acção iria ser um descalabro, que iria causar um transtorno para os comerciantes. Como se pode verificar nada disso aconteceu. Todos os trabalhos decorreram na normalidade.

A nossa sala de visita da nossa cidade encontra-se mais airosa e tenho a certeza que futuramente irá ficar ainda mais bonita. O povo aveirense gostou. Continue Sr. Presidente. Gostaria, ainda, de manifestar o meu agrado pelo facto de o Sr. Presidente ter conseguido trazer mais um grande investimento para o nosso Concelho, mais precisamente para a freguesia de Cacia. Falo da expansão da Portucel. Um investimento de 350 milhões onde se prevê a criação de 250 postos de trabalho directos e 750 indirectos, a requalificação da zona envolvente à fábrica e a construção de açudes no Rio Novo Príncipe cuja participação da empresa é de 1.250.000,00 (um milhão e duzentos e cinquenta). Juntando este investimento com a criação da nova fábrica de baterias do consórcio Nissan/Renault, um projecto de 250 milhões que irá criar 200 postos de trabalho directos e cerca de 500 indirectos, o Sr. Presidente conseguiu trazer para o Concelho de Aveiro um investimento no valor de 600 milhões de euros e a criação de 1700 postos de trabalhos.

Nestes tempos de crise, onde há falta de investimentos e escassez de postos de trabalho, o Sr. Presidente, sem os holofotes que alguns procuram, tem feito um trabalho de grande reconhecimento quer a nível económico quer a nível social.”

Vogal Nelson Peralta (BE) [036](#)

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) [037](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [038](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [039](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [040](#)

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) [041](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) [042](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [043](#)

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) [044](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) [045](#)

Vogal João Barbosa (PS) [046](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) [047](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [048](#)

“Caros membros da Mesa, caros Deputados, cara Câmara Municipal, quero apenas falar de três assuntos constantes da Comunicação do Presidente. Do Orçamento Participativo, do Teatro Aveirense e por último mas se calhar o mais relevante o Parque de Estacionamento e o corte das árvores na Avenida, que está agora a iniciar um projecto. Área que a Câmara Municipal está a esconder desta Assembleia Municipal. Portanto julgo que será interessante abordarmos esse assunto.

Em relação ao Teatro Aveirense, o Bloco de Esquerda já colocou há bastante tempo um requerimento na Câmara Municipal, que a Câmara Municipal não respeitou o prazo legal e que não respondeu.

A Vereadora do pelouro Maria da Luz Nolasco vai falando de vez em quando sobre o assunto desdizendo-se!? Antes de mais, à Senhora Vereadora quero-lhe dar os parabéns. Conseguiu fazer de facto depois do comunicado do Bloco e do requerimento do Bloco, fazer uma obra que foi colocada ao contrário e consegui-o montar muito bem! Portanto de facto vejo que há apenas capacidade para resolver um problema de cada vez.

Mas quero (como assim só posso fazer uma pergunta de cada vez) que me diga uma coisa muito simples: o Teatro Aveirense tem desde 2009 um moliceiro! E tem também um funcionário com a função única de manter a embarcação adquirida e que nunca foi usada. Aquilo que lhe pergunto é muito simples: qual é a situação deste funcionário no quadro de pessoal — qual é a sua integração no quadro? E quais são as suas funções?

E esta pergunta é tão mais relevante quando vão haver cortes trágicos para o Teatro Aveirense e aqui continuamos a desperdiçar dinheiro!

Em relação ao Orçamento Participativo. Gostei muito de ver algumas intervenções das bancadas da direita nesta Assembleia, que ainda há poucos meses votaram contra uma proposta de recomendação do Orçamento Participativo, que não propuseram nada de alternativo, nenhuma modificação à proposta do Bloco de Esquerda, mas que agora se armam nuns grandes defensores do Orçamento Participativo!?

Aquilo que eu digo é que a Câmara Municipal está de parabéns. Infelizmente o Bloco de Esquerda apresenta propostas que são boas, que são propostas que vão ao encontro das necessidades da população e no desenvolvimento de Aveiro e por sectarismo, oportunismo, ou por qualquer outro conceito que eu não sei, as bancadas maioritárias aqui chumbam essas nossas propostas.

Mas esta proposta traz de facto progresso. A Câmara Municipal adiou o progresso, mas o progresso é inevitável portanto vamos ter Orçamento Participativo em Aveiro — espero eu que assim seja. Quero ver qual é o modelo e o regulamento que a Câmara Municipal propor para o Orçamento Participativo e aí sim, voltaremos novamente a falar sobre este ponto.

Em relação às árvores da Avenida, que já muitas pessoas aqui falaram e do parque de estacionamento que está previsto para baixo da Avenida.

Quero primeiro deixar bem claro que, dizer que as árvores tinham que ir abaixo. O Eng.º Carlos Santos, Vice-presidente desta Câmara Municipal, numa reunião do Conselho Municipal de Segurança disse explicitamente que as árvores estavam doentes, que teriam que ser eventualmente abatidas — isto com um ano antes em relação à feitura do estudo. Ainda em relação à feitura do estudo, uma bióloga da Universidade de Aveiro, especialista em árvores fez um parecer em relação ao estudo sugerindo medidas paliativas que não obrigavam ao abate das árvores, mas sim à sua recuperação. Também referir que, a conclusão do estudo é simples: é que se as árvores estão más, e estão más, acima de tudo pelo desleixo da Câmara Municipal de Aveiro.

Portanto é estranho que surja um estudo com a mesma conclusão que já tinha sido anunciada pelo Eng.º Carlos Santos um ano antes e que serve (vimos pelas declarações

das bancadas da direita e do PS) para aquilo que são os interesses para uma Avenida mais bonita, porque toda a gente diz que com as árvores caídas a Avenida está muito mais bonita! Está muito mais airosa!

O que eu estranho é que com tanto Vereador, não houve um único, nem sequer os da oposição, que tenha dito “vamos pensar, vamos reflectir”. Não, há um estudo que diz que elas têm que ir todas abaixo, é uma medida que não pode voltar atrás, portanto vou-vos pedir um segundo estudo, vamos pedir um parecer, vamos pedir uma segunda opinião. Nada disto foi feito.

E então PS, CDS, e PSD votaram a favor do abate de todas as árvores. O processo ainda por cima fizeram-no mal.

Disse a Senhora Vereadora que até correu bem. “Só caiu uma árvore em cima do autocarro”. Correu bem, podiam ter caído duas árvores em cima de dois autocarros! Isso diz muito da exigência que a coligação nos traz aqui.

Caiu uma árvore em cima do autocarro, tudo correu bem, porque tudo podia ser pior. Isto é a vossa definição de exigência.

Mas aquilo que eu quero realçar é que de facto se calhar este abate das árvores serve um propósito escondido.

É que é muito estranho que esteja previsto mais ou menos um parque de estacionamento para debaixo da Avenida, que como toda a gente sabe não pode ser construído com árvores com grandes raízes em cima e que de um momento para o outro todas as árvores sejam abatidas para substituí-las por árvores compatíveis com um parque de estacionamento! É no mínimo interessante!

E devo recordar que a decisão de fazer um parque de estacionamento na Avenida, deriva de uma parceria pública/privada, em que o privado ficaria a explorar as escolas e os parques de estacionamento basicamente. Mas também e recorde que essa parceria foi sobejamente criticada porque implicava custos desmesurados para a autarquia. E recorde o que o Presidente Élio Maia nos garantiu: “tem que ser assim e não a alternativa o que a oposição está a propor (que era o recurso ao QREN). Tem que ser assim porque assim é a única forma de termos escolas a tempo de serem escolas feitas rapidamente”.

Aquilo que nós vimos é a realidade e a prática mostraram que o Presidente da Câmara estava errado.

Há dois anos que andamos nesta lenga-lenga e ainda não temos as escolas nem essa parceria com que foi aberto concurso. Uma única empresa concorreu ao concurso e não há vencedores — o que é uma coisa fabulosa! E vemos agora que na Comunicação do Presidente, vem lá que três escolas vão ser candidatas ao QREN para terem os financiamentos. Mas aquilo que é novidade e que esta Câmara está a esconder desta Assembleia pelos vistos porque nunca foi debatido, não é público. É que está em curso um projecto cito « Projecto para a Avenida com requalificação das zonas circundantes e estacionamento subterrâneo». Esta é uma proposta que contará com a participação da Universidade de Aveiro, da Câmara Municipal de Aveiro e da Junta de Freguesia da Vera-Cruz!? E estará sobre a coordenação do Prof. Dr. Frederico de Moura e do Arquitecto Bruno Soares. Portanto está em curso, iniciou-se agora o processo, para “estudar a Avenida”, para lá meter o parque de estacionamento!

Portanto as perguntas que eu coloco são: por que é que as árvores foram abatidas alguns meses antes do início do estudo para se fazer o parque de estacionamento subterrâneo? Como é que esse parque vai ser subsidiado? Vai ser na mesma estrutura de parceria pública/privada, que foi aprovada há cerca de dois, três anos?

E como é que se resolve o problema de agora algumas escolas (se não é um problema é uma vantagem) já estarem pagas com o QREN?

Pronto, a Câmara Municipal tem que dizer claramente hoje se vai haver um parque de estacionamento debaixo da Avenida ou não? Ainda nunca o disse.

Mas também quero deixar apenas um pequeno reparo, aquilo que é a atitude da Junta de Freguesia da Vera-Cruz e do Partido Socialista neste processo. É verdade que o Partido Socialista votou contra essa louca parceria pública/privada, que envolvia as escolas e os parques de estacionamento; é verdade.

Mas também é verdade que nos espaços intermédios sempre estive ao lado da condução dessa parceria pública ou privada. Assim foi no abate das árvores, é assim neste estudo.

O Bloco de Esquerda propôs na Assembleia de Freguesia da Vera-Cruz, que a Junta de Freguesia fizesse aquilo a que estava obrigada legalmente. Que visse quantos prédios devolutos é que há na Freguesia? Quantas pessoas é que vivem em cada área da Freguesia? E a Junta de Freguesia disse não!?

Aliás o Presidente aqui atrás de mim disse claramente que não tinha meios para isso e que nunca faria isso.

Agora, a Câmara Municipal pede à Junta de Freguesia — e é essa parte que a Junta de Freguesia vai fazer, porque as três entidades têm três coisas diferentes que vão fazer. A Junta de Freguesia tem que ver quantos moradores é que existem na Avenida e nas áreas circundantes. E se para uma medida de justiça social e de justiça fiscal a Junta de Freguesia do Partido Socialista que se recusou a fazer, a implementar essa medida, a mesmíssima medida com um fim diferente que é para a construção de um parque subterrâneo, o Presidente já diz que fará isso. E não só fará, como se não tiver meios (porque foi questionado pelo BE) não há problema, vai porta a porta. Assim se vê a vontade do Partido Socialista em construir o parque subterrâneo na Avenida.

Pronto aquilo que eu pergunto é muito simples: (evita-se estar a rir porque é muito simples) haverá ou não haverá um parque de estacionamento debaixo da Avenida?

O financiamento desse parque de estacionamento será ou não de forma rentista e cruzada com as escolas?

E como é que o parque escolar de Aveiro será feito? Com recurso ao QREN ou com recurso a esta parceria pública/privada, que está há vários anos em banho-maria?”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do artigo 34.º do Regimento: [049](#)

“Senhor Presidente, eu ouvi muito o meu amigo Peralta e eu não sei onde é que ele ouviu isso. Ainda não tem a acta da Assembleia Freguesia (e eu não respondi assim na Assembleia).

É que o Bloco de Esquerda gosta muito de fazer perguntas, mas devia era trabalhar. Porque o que é preciso é trabalhar! E em vez de fazer perguntas, ajudem na freguesia se quiserem. Primeiro têm de saber as competências — e eu não disse que não fazia! Assim como eu falei nos habitantes, também disse que o Bloco de Esquerda não se preocupa com os senhorios que estão a receber rendas de miséria por T5 na Avenida e isso tudo. Porque a Junta também deve fazer isso. O Bloco de Esquerda não se preocupa com isso!? Mas mais grave do que isso é estar a falar que a Junta de Freguesia já apoiou o Parque Subterrâneo para a Avenida, é mentira!

Não apoiou, porque o Sr. Prof. Frederico de Moura está a fazer estudos, vai convocar as entidades, vai convocar os moradores, vai convocar a Junta de Freguesia, e só depois é que se chega a uma solução com a Câmara — e naturalmente essa solução deve vir aqui.

Agora... eu ainda não ouvi o meu amigo Peralta dizer se gosta da Avenida como está ou como estava antes? Diga. Diga de uma vez! Diga assim... «não gosto!».

Mas também vai ser difícil gostar de alguma coisa. Obrigado”

Vogal Nelson Peralta (BE) [050](#)

“Antes de mais agradeço por confirmar a situação. Aqui estou a questionar não a Junta de Freguesia, como é óbvio, mas o executivo municipal, do qual aguardo resposta. Em relação à pergunta que me fez se eu gosto mais assim da Avenida ou não, esperava mais

de si, e pensava que já tinha percebido qual é a minha posição (ouvem-se vozes). Mas eu vou fazer-lhe um desenho e explicar-lhe que aquilo que é o património histórico, cultural e urbano de Aveiro, deve ser preservado se assim for. E é evidente que árvores grandes, já com dezenas e dezenas de anos, deviam ser respeitadas e mantidas, pois têm uma função ecológica urbana muito superior ao seu abate arbitrário e que ainda não sabemos bem os motivos. Julgo que terei sido suficientemente claro.”

Vogal Paulo Marques (CDS-PP) [051](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [052](#)

Vogal Paulo Marques (CDS-PP) [053](#)

Vogal Nelson Peralta (BE) [054](#)

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [055](#)

“Eu vou pedir uma prenda na Páscoa ao Sr. Presidente. Não é António Carlos Barros mas sim Ernesto Carlos Barros.

Muito rapidamente e para não alongar muito mais este debate, penso que já está mais que conduzido, mais que falado e mais que apalavrado. Aliás, demoramos mais tempo a discuti-lo do que a escrevê-lo.

Só queria falar em dois pontos ou três. Em relação ao Orçamento Participativo que estão agora muito na voga, eu acho que foi na altura certa que a Câmara Municipal propôs a discussão pública do Orçamento Participativo. Com esta primeira abordagem que a Câmara Municipal fez estamos agora todos mais preparados, mais elucidados – quem quisesse que lá estivesse estado na discussão que, penso, foi muito frutuosa – e temos agora um ano para pensarmos nas coisas e como é que devemos apresentar as nossas propostas e como é que devemos falar com a Câmara sobre esta questão. Porque muitas vezes o que está na legislação não leva a que tudo seja dito ou que tudo seja bem explicado.

A acção que a Câmara teve acho que foi uma acção muito salutar e muito profícua. Portanto, acho que não temos que estar a contrariar, nem estar a dizer que a direita ou que o CDS-PP votou contra o Orçamento Participativo. Não... o CDS-PP analisa as coisas na altura certa e actua quando deve ser. Não é com propostas ou com moções extemporâneas como o Bloco de Esquerda faz aqui todos os dias. É muito mais profícuo avançarmos com as coisas devidamente elucidados e com tempo e método para as podermos discutir, do que atirarmos para o ar e “agora arranjem-se”. Não é bem assim... Quería agradecer à Câmara que fez um bom trabalho na recuperação das capelas de São Gonçalinho e está a fazer na de São Tomás de Aquino. Embora eu discorde de uma questão em relação ao São Gonçalinho, porque acho que é o Santo Popular de Aveiro e deve ser venerado e deve ser mantido, mas condeno que se tenham instalado aqueles dispositivos de diversão no Rossio, tendo o Parque de São João completamente devoluto e que poderiam concentrar melhor e com ligações para lá – tem a ponte de São João, tem a ponte do laço – e a Câmara deverá pensar, no futuro, voltar a fazer ali uma feira de diversões ou uma feira popular, mas no Parque de São João porque acho que é o sítio mais acolhedor. Mas isso é uma questão de gosto.

Uma outra questão que eu gostaria de falar é que, de facto, a Câmara “jogou” muito bem, este ano, na animação de Natal. Conseguir ir buscar as sinergias, conseguiu aproveitar iluminações que tinha guardadas não sei a onde, nos armazéns gerais ou até nas antigas árvores que foram arrancadas na Avenida, e daí que as poucas iluminações que esta Avenida tinha foram aproveitadas para as iluminações do Mercado de Santiago, do Manuel Firmino e da Praça do Peixe. Acho que a Câmara teve uma boa atitude, embora eu tenha pena que neste relatório não tenha uma reflexão sobre a pista de gelo porque acho que foi uma boa atitude que a Câmara teve, mesmo com poucas despesas para a

Câmara, e é uma coisa que está a trazer muita gente à cidade de Aveiro. Penso que é uma oportunidade para se pensar futuramente na cidade de Aveiro ter um recinto desportivo de actividades de gelo e de neve, ou alguma coisa assim no género.

Acho que é um bom exemplo e é uma sugestão que eu deixo à Câmara para que no futuro se pense numa coisa fixa.

Penso que a pista de gelo é capaz de ter tido, até hoje, uns cerca de sete mil ou oito mil visitantes. Eu já lá fui, não patinei porque a minha condição física já não é muito ideal para patinar, mas de qualquer maneira já lá fui, falei com algumas vendedoras do mercado e, realmente, as pessoas estão satisfeitas com a actividade e com a vida que se está a dar naquele mercado.

Uma nota negativa, porque mesmo não sendo partido da oposição não devemos estar sempre a dizer “ámen”, acho que também devemos referir alguns pontos menos positivos. Por exemplo, melhorar a animação que se vê na Praça da República. Talvez devido às más condições atmosféricas – foi uma altura em que choveu muito – os espectáculos que estavam lá programados forma anulados. Eu cheguei a ver o grupo Coral das Barrocas para fazerem a árvore de Natal cantante a estar lá à espera para fazerem o espectáculo mas ninguém apareceu e o espectáculo foi adiado devido às condições atmosféricas. As senhoras estiveram cerca de uma ou duas horas à espera, e essa organização terá que ser mais bem executada. Ou então pensar-se noutra tipo de actividades talvez dentro de uma tenda.

Querida que a Dra. Maria da Luz me informasse como é que vão as hortas sociais. Se o processo está a andar ou não está andar. Como é que está, também, a situação do programa “o que comemos”, a definição das situações alimentares nas escolas. Não sei se é para pedir os hambúrgueres ou não, mas isso é uma questão que a Sra. irá dizer qualquer coisa.

Também me congratulo muito com a carta do património que está a ser elaborada e que está a ser muito bem redigida e muito bem efectuada, para, de uma vez por todas, Aveiro saber o que é que tem no seu património e o que é que se poderá fazer e o que é que se poderá arranjar no parco património que Aveiro terá e a sua qualidade e a sua degradação que alguns têm e outro não. Congratulo-me bastante com a Câmara por realmente estar a fazer esta carta que penso estará praticamente concluída.

Para terminar e em relação ao Mercado de Santiago penso que a Câmara deverá definir, de uma vez por todas, porque há aqui duas facções – umas do contra outras a favor – e quem vence, penso eu, que serão as que estão a favor, ou melhor, nem é quem está a favor, é quem terá a maior razão. Como eu já disse na última Assembleia é dar as melhores condições de venda e as melhores condições higieno-sanitárias a todos os que lá estão. E a partir daí temos que proibir as vendas na rua e vamos vendê-las para dentro do mercado porque até há espaço para isso.

Penso que, de uma vez por todas, a posição terá que ser esta e não vamos em demagogias, nem vamos em mais reuniãozinhas de Câmara ou menos reuniãozinhas de Câmara. Temos que tomar uma posição e a posição será essa: melhores condições higiénico-sanitárias que é o que a cidade precisa. Melhor qualidade de vida – que já tem, até foi premiada por isso – e vamos mantê-la e vamos insistir com eles. As pessoas para venderem vendem dentro do mercado e não vendem na rua.

E congratulo-me ainda com os quatro milhões e meio de euros de poupança nestes últimos três meses. Parabéns Câmara. Está no bom caminho. Penso que deste modo conseguiremos chegar a uma nova vitória. Muito obrigado.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [056](#)

“Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados. Antes de mais gabar o traço literário desta Comunicação do Sr. Presidente e que já tem sido gabado por alguns dos meus colegas que a leram atenciosamente, e que tem subido de nível. Mas, naturalmente, que não há “bela sem senão”, porque a poesia trás alguma simplicidade, para ter qualidade, e a simplicidade acaba por nos retirar a substância e parte daquilo que era muito importante nós termos aqui.

Vou resumir a minha intervenção a duas questões. Uma tem a ver com as SCUT.

São conhecidas as posições de todos os grupos parlamentares nesta Assembleia sobre o tema, é conhecida também a crítica que o Partido Socialista fez, e reafirma, sobre o desleixo que o Sr. Presidente teve na gestão deste processo e que, na nossa opinião, derivou na situação que vivemos hoje. Nós consideramos que se tivessem sido feitas um conjunto de diligências, nomeadamente a participação do Sr. Presidente nas tais reuniões para as quais foi convidado e que não apareceu, e outras diligências que poderia ter formal e informalmente tomado, provavelmente não estávamos nesta situação. Mas já debatemos esse assunto e a minha questão é muito clara e muito prática.

Foi apresentado um parecer, uma queixa à Comissão Europeia, e a nossa pergunta é: quem redigiu este parecer e quem redigiu a queixa? Se foram os serviços jurídicos da Câmara, se foi outra entidade qualquer, uma sociedade de advogados. E quanto é que custou? E, por isso, gostaríamos que o Sr. Presidente nos pudesse dar essa informação.

Segunda questão é sobre os concursos públicos que já falámos várias vezes aqui. Há uns meses estavam supostamente para ter alguma conclusão em Outubro, Novembro, e estão a ter agora, e nós temos vindo a analisar aquilo que tem acontecido com os concursos públicos. Gostaríamos de saber porque é que uns andam mais depressa do que outros, porque é que uns estão parados e depois, aqueles que já tiveram conclusões, gostaríamos de perguntar ao Sr. Presidente, com a mesma frontalidade que dissemos que o iríamos fazer há quatro, cinco, seis meses atrás, e sem hipocrisias perguntar-lhe, dos resultados que já houve e das pessoas que já estão em primeiro lugar para serem colocadas ou integradas, se existe alguma relação de algumas dessas pessoas com alguns dos gabinetes dos Srs. Vereadores ou do Sr. Presidente. E gostávamos que o Sr. Presidente nos pudesse esclarecer, a nós e aos aveirenses, sobre essa situação porque já existem dois concursos públicos, pelo menos duas referências, que já têm decisão final, e gostávamos que o Sr. Presidente esclarecesse esta Assembleia de que se há, ou não, alguma relação entre a ou as pessoas que ganharam estes concursos e o seu Gabinete da Presidência ou o Gabinete dos Srs. Vereadores. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [057](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu começaria por lembrar que quando algumas críticas aqui se fazem – e agora parece que a tónica tem sido essa – dizer que falta prioridades às Comunicações do Sr. Presidente da Câmara, eu lembro que é exactamente ao contrário. Aquilo que transparece exactamente nas Comunicações do Sr. Presidente da Câmara são as prioridades que foram estabelecidas na altura certa. E quando é que se estabeleceram as prioridades e a filosofia para este Executivo? Foram no seu programa eleitoral que está a ser cumprido e, por isso, estas comunicações que nos são transmitidas de dois em dois meses, algumas de três em três meses, reflectem aquilo que é a persecução dos compromissos eleitorais. Esses, sim, vinculam o Sr. Presidente da Câmara e todo o seu Executivo, e nós, também, maioria que o suporta, e depois os diversos Planos de Actividade e Orçamento que nós, anualmente, aqui aprovamos, nesta Assembleia

Municipal e que fazem com que sejam cumpridos. Por isso, a actividade desta Câmara Municipal reflecte-se nestes propósitos.

Por isso, nós, de maneira nenhuma, podemos dizer que faltam prioridades. Agora, que alguns membros desta Assembleia dizem assim «olha, eu não consigo encontrar as prioridades», é uma coisa. Agora que as prioridades não estejam lá e não sejam explícitas, é outra. Que não concordem com as prioridades também é outra coisa, e que estão no seu direito legítimo de oposição. Agora... que são estas as prioridades deste Município, aí não há dúvida.

E nesta comunicação não há dúvida nenhuma de qual foi a prioridade eleita para que pudesse ser apresentada nesta nossa Sessão de Dezembro da Assembleia Municipal. Que é o Orçamento Participativo.

Temos uma página ou duas páginas, uma folha, sobre o Orçamento Participativo, com várias reflexões sobre o Orçamento Participativo, e, por isso, eu não quero deixar de corresponder à deixo que nos é dada pelo Sr. Presidente da Câmara nesta sua comunicação de fazer a minha reflexão sobre o Orçamento Participativo.

O Bloco de Esquerda, através do Ivar Corceiro, já nos fez lembrar aquilo que foram as nossas posições numa Assembleia tida há quase um ano, porque foi em Fevereiro de dois mil e dez que nós, aqui, nos debruçámos sobre uma moção do Bloco de Esquerda, e que nós, na altura, tínhamos dito que era extemporânea. Extemporânea porque vinha numa altura em que a Câmara Municipal de Aveiro já se tinha comprometido em apresentar um Orçamento Participativo e estava a tomar todas diligências para que, realmente, o Orçamento Participativo fosse uma realidade no Município de Aveiro.

E essas diligências têm vindo a continuar a acontecer, e, no dia doze de Novembro, realizou-se uma reunião que considero muito importante, que se realizou aqui mesmo nesta sala. Muito importante por aquilo que aconteceu, também.

E a primeira reflexão que faço tem a ver com o facto, apesar da divulgação que essa reunião teve, da mobilização que provocou nos munícipes. Foi praticamente nula. Mesmo nos próprios elementos desta Assembleia. Foram muito poucos aqueles que estiveram cá. Eu estive cá um bocado, não pude estar o tempo todo. E outros também estiveram cá em algumas partes da sessão, principalmente à noite. E, realmente, houve muito pouca participação.

E isso vem ao encontro daquilo que me parece que nós não nos podemos esquecer que nós, membros desta Assembleia, e também os membros do Executivo, nós todos fomos eleitos para representar a população. É claro que nós devemos dar à população o direito de se poder manifestar, de poder trazer ideias e que as podemos contemplar no Orçamento. Mas o que é um facto é que a maioria dos nosso cidadãos, e é a leitura que faço, aquilo que querem é que sejamos nós a decidir e que sejamos nós a decidir o melhor para todos, com os dados que nós temos e que é mais que aqueles dados que o comum do cidadão tem para poder decidir. E, por isso, acho que nós não nos podemos demitir desta função, acho que esta tarefa de promoção de um Orçamento Participativo no Município de Aveiro é uma tarefa que vai ser levada a cabo por esta Câmara Municipal – não tenho dúvidas – mas eu ponho as minhas reticências, aliás como foram postas nessa reunião, sobre muitos dos contras que nós temos que pesar em relação aos prós que nós podemos ver de uma iniciativa destas. Mas eu acho que também não há nada como experimentar.

E, por isso, acho que devemos reflectir e, depois, devemos experimentar, e devemos, depois de experimentar, não desistir logo à primeira. Tentar corrigir para que depois, avalizadamente, possamos ver se, realmente, é uma boa solução ou não. Eu sou muito céptico em relação a este assunto.

Um outro aspecto que gostaria de tratar neste período da comunicação do Sr. Presidente da Câmara tem a ver com a questão dos mercados. Não o fiz quando os Municípios

falaram, dizendo exactamente que iria aproveitar esta oportunidade em que tenho mais tempo para falar sobre este assunto. Há aqui um aspecto que me parece muito importante. Há uns anos atrás eu lembro-me que quando foi construído o Mercado de Santiago havia muitas dúvidas sobre a viabilidade do Mercado de Santiago.

Dizia-se que estava relativamente próximo do centro comercial que foi criado nas Glicínias e que isso, de toda a maneira, iria destruir a viabilidade comercial do Mercado de Santiago. Hoje, aquilo que nós notamos é uma disputa de espaços, uma disputa por espaço que, pelos vistos, é apazível, pelos vistos, economicamente é rentável e que, hoje em dia, é um espaço importante. E que está ser tratado como um espaço importante por parte desta Câmara Municipal.

É claro que a venda fora do mercado tem lá um telheiro e, se tem lá um telheiro, é para se vender fora. E, por isso, é natural que as pessoas também criem o hábito de vender fora do mercado. Agora... por todas as condições e mais uma, estamos no século XXI e eu acho que temos que melhorar as condições de todos. De quem vende, de quem compra, de quem nos visita, de quem usufrui desses espaços, devemos ter um espaço que seja mais bem aproveitado. E se todas as pessoas puderem caber dentro dos mercados que nós, neste momento, temos eu acho que tanto melhor, desde que as vendas possam ser feitas com a dignidade que nós devemos pôr em tal acto.

Eu acho que ainda estamos numa fase de aprendizagem de parte a parte. Por parte dos comerciantes e também por parte do poder político, e por parte dos cidadãos.

Por isso, eu não valorizo as desobediências que tiveram lugar nas vésperas de Natal porque eu acho que fazem parte de uma certa irreverência que eu penso que com o diálogo nós vamos conseguir chegar a uma conclusão que, de certeza, será a melhor para todos os munícipes aveirenses, para os comerciantes e para os clientes.

Realçar também, já que estou a falar sobre os mercados, as excelentes iniciativas que se têm feito no Mercado Manuel Firmino.

Parece-me muito importante e acho que foi muito feliz o facto da pista de gelo ter ido para aquele espaço, a feira do livro que também lá se criou - aliás já lá comprei livros, no mercado das hortaliças, e eu acho que isso é muito interessante - mostra a polivalência que nós temos que dar aos nossos espaços. Os nossos espaços têm de ser comerciais, também têm de ser culturais e espaços de lazer. Espaços de encontro das pessoas e é isso que, neste momento, os nossos mercados estão a ser. Espaços de encontro. Isto é muito interessante, muito importante. Também gostava de realçar a visibilidade da publicidade. Acho que aproveitar fachadas de prédios, como aqueles que temos em Aveiro que é uma cidade, relativamente, plana, em que há alguns prédios, pelo facto de terem seis ou sete andares, já são muito altos e podem ser vistos ao longe. Está uma publicidade muito engraçada que se vê de muito longe, e penso que, também na questão da publicidade, é um aspecto muito importante e a Câmara Municipal de Aveiro está de parabéns pela gestão de todos estes processos.

E agora só telegraficamente falar sobre a questão do acesso ferroviário ao Porto de Aveiro. Não posso deixar de falar sobre isto. Aliás, pelas más interpretações que se têm feito, eu penso que a maior parte dos membros desta Assembleia compreendeu a minha intervenção. Mas transpareceu para alguns jornais uma ideia errada. Claro que eu valorizo a criação da linha. Eu fui favorável à criação da Linha e que se construísse naquele sítio. E talvez daí o meu desapontamento do movimento não ser maior do que aquilo que na realidade está a ser, e de continuar a ver camiões por uma estrada que devia ser já uma estrada urbana e que ainda continua a ser uma auto-estrada, porque afinal os camiões continuam a passar por aquela auto-estrada porque não estão a utilizar o comboio. Que eu acho que já deveriam estar a utilizar e, por isso, deveria haver uma mobilização da Assembleia Municipal de Aveiro para, realmente, mostrar que aquele troço de auto-estrada não é mais um troço de auto-estrada depois de termos permitido a

construção da linha, mas sim um troço de usufruto dos aveirenses que vai ter um nó de acesso de entrada quando for construído acesso via Agradas do Norte e Sá-Barrocas, e, por isso, nós queremos que aquele ponto seja um ponto de circulação dos aveirenses e não propriamente para a circulação de camiões.

Só uma nota muito breve em relação às Águas da Região de Aveiro. Só para dizer que em Abril o Conselho de Administração terá, obrigatoriamente, de emitir um relatório sobre a actividade de um ano desta empresa. Penso que não podemos protelar mais uma apreciação sobre esta empresa. Mas eu gostaria de o fazer com dados objectivos. E esses dados objectivos espero que pelo menos em Abril, ao fim de um ano, nós possamos tê-los para se for preciso a Assembleia Municipal de Aveiro tomar uma posição, sobre o possa fazer.

Só por último, a questão da ERSUC. Estou preocupadíssimo pelo facto de ainda não ter sido iniciada a construção da estrada que deverá levar os lixos vindos do nó da A17, via Mamoadeiro, até à Estação de Tratamento Mecânico-Biológico. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa: [058](#)

“Muito bem senhor deputado. Estamos todos preocupados. Mas seguramente que não entrará em funcionamento sem essa estrada! Foi-nos garantido numa reunião da Comissão de Acompanhamento — e cá estaremos para fiscalizar essa circunstância.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) [059](#)

Vogal Marques Pereira (PS) [060](#)

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) [061](#)

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente Carlos Santos [063](#)

Vereadora Ana Neves [064](#)

Vereadora Maria da Luz [065](#)

Vereador Miguel Fernandes [067](#)

Vereador Pedro Ferreira [068](#)

Presidente da Câmara: [069](#)

“Uma declaração inicial de interesses. O uso da gravata vermelha, tal como o João Carlos Valente, tem a ver apenas com uma questão de opção, não é João Carlos? E nada mais que isso.

Dr. Gonçalo Fonseca. Tenho-o por pessoa muito séria e gostava de continuar sempre a pensar assim. Não volte a dizer que eu faltei a uma reunião com um Sr. Ministro ou com um Secretário de Estado porque esse assunto já foi aqui devidamente esclarecido.

Quanto às críticas que fez em relação às SCUT eu hoje fiquei triste. Fiquei triste porque inicialmente o PS dava a entender que o grande responsável pela instalação das SCUT no país não era a Assembleia da República, não era o Governo, nem era o Ministro, nem o Secretário de Estado, era eu. E eu fiquei feliz. Senti-me importante nesse papel porque ao pé de mim nada valia a Assembleia da República com o seu poder deliberativo. E depois também utilizava como argumento que era eu porque não tive o engenho de convencer e persuadir os governantes do erro da sua medida. Exactamente. Foi isto que foi e dava-me jeito que o PS continuasse a pensar dessa forma. Dando um exemplo: se aprovássemos aqui um regulamento municipal era aprovado com os votos contra do PS. Ao outro dia encontrava um cidadão na Avenida que me dizia “o regulamento ontem aprovado está excepcional”. E eu dizia: pois está, mas fomos nós sozinhos que o aprovámos, porque os do PS são incompetentes e votaram contra. Mas se dez metros à frente aparecesse outro cidadão a dizer assim “o regulamento que vocês aprovaram ontem é péssimo”, eu dizia assim: pois é. Nós não temos culpa nenhuma! O culpado foi o PS que não teve capacidade

de nos persuadir, de nos convencer, que era um mau regulamento. E desta forma atirava para cima de outro as culpas que eram apenas nossas e só nossas.

Mas o mais importante deste processo é que estamos todos contra e o que se exige de todos nós é que nos saibamos unir para defender aquilo que pensamos ser justo e bom para Aveiro e para os aveirenses.

Quanto aos concursos, em complemento do que a Dra. Ana Neves referiu, dizer o seguinte: desconheço qualquer relação, aliás desconheço intencionalmente grande parte do que se passa com os concursos. Porque no final, quando estiverem todos concluídos, nunca me poderão acusar que eu tentei influenciar ou favorecer, ou prejudicar, alguém nesses processos.

Sei que as provas são feitas no exterior por uma entidade externa, direi (e o Dr. Marques Pereira concorda) acima de qualquer suspeita — não é verdade? A quem pagamos bem, muito bem e até, se calhar demasiadamente bem para fazer as provas. Sei que está uma equipa responsável pelo processo que é constituída pela Sra. Vereadora Dra. Ana Neves, pelo Director do Departamento Administrativo e do Pessoal e pela Chefe de Divisão dos Recursos Humanos, e depois existem os respectivos júris em relação a cada concurso. E tudo com pessoas de uma honestidade irrepreensível. Todos eles.

Nunca nenhum deles, acredito, poderá dizer que alguém tentou influenciar aquela que seria a decisão que cada um desses membros entenderia como a mais justa. Eu percebo muito bem a pergunta, nós também não somos assim propriamente.... Fazem o seu trabalho com independência, estou a defender a honestidade e a integridade dos funcionários, neste caso de altos responsáveis do Município, como é meu dever. São pessoas que fazem o seu trabalho com independência, com seriedade, e, naturalmente, não é agradável ver a integridade dessas pessoas ser beliscada.

Os concursos estão a decorrer de acordo com todos os critérios previstos na Lei e qualquer pessoa que sinta menos transparência ou que se sinta lesada pode utilizar todos os meios que estão previstos na Lei e que foram criados para esse efeito.

Ernesto Barros. Disse bem? Disse bem. Está compensada a falha inicial do Sr. Presidente. A ideia do Parque de S. João foi uma ideia interessante, vamos ver, em relação ao próximo ano, se falamos com a Comissão.

A pista de gelo não está na comunicação porque, como sabem, a comunicação é de um de Setembro a trinta de Novembro, portanto, só na próxima é que virá na comunicação.

Sr. Casimiro Calafate, agradeço as suas palavras e, para ser justo, devo relevar o seu empenhamento, o seu interesse, a sua persistência, a sua lucidez. A sua participação nestes processos, como noutros anteriores, tem sido decisiva e Cacia fica a dever-lhe estes êxitos que tem tido. Muito obrigado ao Sr. Casimiro e a todos os Presidentes de Junta que têm sido decisivos para aquilo que de bom tem acontecido no nosso Concelho.

Quanto à Avenida aconteceu apenas normalidade. Apenas e só normalidade. No dia em que chega às nossas mãos um relatório técnico que diz, claramente, que há diversos choupos, e identifica-os todos, em risco eminente de queda, o que acontece a seguir, naturalmente, é o normal. Até ao dia em que se recebe o relatório se caísse um choupo e matasse um cidadão, eu não sabia que aquele choupo estava naquele estado. No dia a seguir a chegar o relatório, com o relatório na mão, cair um choupo e matar um cidadão era crime. Nós sabíamos e não actuámos.

Portanto, o que aconteceu foi normalidade. Embora tenha que dizer que são momentos dramáticos quando nós temos que pôr uma assinatura num documento que decide o abate dos choupos. E aqui não há mérito de ninguém, fez-se aquilo que é perfeitamente normal e executável. Aliás, imaginem se não tivéssemos actuado, se caísse uma árvore e se ferisse alguém, o Bloco de Esquerda ia ver uma negociata da Câmara com um enfermeiro ou com um médico e com uns bate-chapas, e tal, para ganhar dinheiro, encher os bolsos...

Fizemos apenas o que tínhamos a fazer, com responsabilidade e com seriedade. Naturalmente que, depois das coisas concluídas, é fácil. Na altura não foi fácil.

Dra. Ana Maria Seíça Neves saudar esse espírito de entreaajuda e colaboração que falou, em oposição ao seu colega do lado que diz «chega-lhe. chega-lhe.», apesar de estarem perto um do outro. Em relação à questão da Avenida que, com o contributo, com o envolvimento precioso da Universidade de Aveiro, está já uma equipa a trabalhar todas as semanas no estudo do que será a Avenida, em termos de futuro. E até Julho têm a data limite para apresentar essa versão final. Depois dos debates que tivemos, dos encontros, das conclusões, dos trinta princípios que foram definidos, é a altura de verter para o papel aquilo que foi, em termos teóricos, definido. E durante dois mil e onze esperamos, tenho essa convicção, que a Assembleia irá chamada a pronunciar-se sobre esse assunto.

O Dr. Filipe Guerra, quanto às SCUT, considerou a queixa e a instauração de um processo em Tribunal contra o Estado Português, uma medida insuficiente. Foi essa a ideia.

Penso que é jurista. E num Estado de direito, se estivermos num Estado de direito, a medida extrema, mais radical e a última medida que se toma é pôr alguém em Tribunal. E, estando nós num Estado de direito, fizemos aquilo que devíamos ter feito e não nos parece insuficiente porque a partir daqui quer a Comissão Europeia, quer os Tribunais, têm de se pronunciar em relação a este assunto.

Para concluir, Dr. Paulo Jesus. Aceitou bem o repto que o Dr. Marques Pereira lhe deu: “chega-lhe”!? Eu estou a dizer ao Dr. Paulo Jesus que desempenhou muito bem a função do «chega-lhe». Desempenhou muito bem a função.

É que depois fica-nos também a vontade, como a nossa natureza humana é sempre frágil, fica-nos a vontade também de “chega-lhe”. De parte a parte.

Só dizer-lhe isto. Quanto à nossa incapacidade de resolver os problemas financeiros da Câmara, dizer que o Dr. Paulo Jesus não terá um conhecimento exacto da situação que nós herdámos. Além dos duzentos milhões ou mais de duzentos milhões de dívida, a dívida não era estática, era galopante. Com os juros que iam crescendo, passámos três anos perfeitamente dramáticos com a situação quase incontrolável. E depois, além daqueles casos todos que fomos resolvendo, ainda há meia dúzia para resolver. Porque ficaram casos, os chamados “rabos” por resolver. Eu recorro que estamos agora a tentar concluir um que certamente virá aqui, que é o da Rodimo. Onde já foram colocados mais de dois milhões pela “janela fora” fruto daqueles acordos que foram feitos. Recorro, o do Figueiredo Dias que já foi também resolvido. Agora a REFER, que chegou com mais catorze milhões. Mais a família Ramos. Mais a D. Alice Rangel. São casos crescentes que vão surgindo, que vão acontecendo e que naturalmente tornam complexo aquilo nós pretendíamos que era resolver os problemas financeiros da Câmara. Mas como aparece claro na Comunicação, como vai aparecer também claro nas GOPs que iremos aqui discutir, nestes cinco anos há uma redução muito significativa – e os números estão lá para o provar e na próxima Assembleia vamos poder ver, há uma redução muito significativa do défice que o Município tem graças ao esforço das pessoas.

Por último, em relação à piscina.

Eu tenho dúvida na forma de abordar este assunto porque ele é sensível. Em vez de fazer aqui uma descrição ou contar a história, eu lançava um desafio ao Dr. Paulo Jesus. Era bom que se municiasse de todos os documentos, que fosse ao historial do processo, que o analisasse, que fosse à génese, à origem, que procurasse as causas, que juntasse os documentos todos e, no final desse processo, poder trazê-lo à Assembleia depois de o analisar todo. A questão da piscina, o que esteve antes, o que é que aconteceu, o que nos obrigou a encontrar aquela solução. Traga aqui e teremos todo o gosto, todos a analisarmos todos os documentos, todos a vermos o historial do processo, tudo a ver os compromissos que tenham sido assumidos, tudo, tudo, tudo, e vamos depois descobrir com

os documentos à frente quem é que foi irresponsável e quem é que foi incompetente. Fica este desafio aqui lançado. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [071](#)

“Ao senhor Vereador Miguel Fernandes que está actualmente com o pelouro dos Mercados. Os Mercados sempre foram tema de discussão em Aveiro. Diria apenas ao senhor Vereador que ele não está a resolver os problemas dos Mercados. Está a colocar “decorações” nos Mercados — é coisa diversa. E coisa de que não se pode orgulhar é ter colocado feirantes contra feirantes.

Ao Senhor Presidente de Câmara diria apenas que de facto tenho formação jurista e percebo perfeitamente o rácio daquilo que o Senhor Presidente disse. Mas em política há de facto outras formas de pressão. A democracia em si comporta outras medidas de pressão política que não apenas as medidas judiciais e creio até que não contribuem para a resolução dos problemas em muitas situações — e esta poderá ser um caso.

Terminava sublinhando a expressão do Senhor Vereador Carlos Santos, e o tom pesaroso com se referiu às privatizações do sector da autarquias. É quase um reconhecimento implícito de que de facto as privatizações não são a solução ideal. Ai estou de acordo consigo, caso esta minha interpretação esteja correcta.”

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [072](#)

“Sendo muito rápido. Sobre o Teatro Aveirense queria dizer à Vereadora Maria da Luz Nolasco o seguinte. Eu percebo a estratégia de falar muito sem responder ao que é pedido. É a estratégia do cansaço. Mas quero dizer isto porque sou de todo solidário consigo. Não deve ser fácil, mesmo nada fácil, querer fazer um bom trabalho no Teatro Aveirense com este executivo camarário por trás. Acredito até que no seu íntimo esteja já cansada e deseje ver-se livre desse fardo.

A pergunta, feita pelo Bloco de Esquerda, era simples: «qual era a situação contratual do funcionário que trata do moliceiro no Teatro Aveirense?». Era só isso.

Disse que estava legalizado há uma semana, portanto, concluímos que não estava legalizado antes disso.

Sobre a ADRA fiquei mais preocupado do que já estava. A Câmara aderiu à ADRA, não por uma questão política, mas não porque isso pudesse de alguma forma ajudar a população, mas sim porque privatizar está na moda. Pronto! E sublinha: «infelizmente não é só em Aveiro». Mas está na moda e nós também vamos.

Sobre o Centro de Alto Rendimento de Surf em São Jacinto, agradeço ao Vereador Pedro Ferreira ter dado razão às preocupações do Bloco de Esquerda sobre São Jacinto. Já que admitiu que ali não há investimento público há muitos anos. As palavras são do próprio. Pois não. Não há. E quando há é o quê? É um Centro de Alto Rendimento de Surf, numa zona que está social e economicamente fustigada, por muitas razões. E na verdade só o há porque a Câmara conseguiu participação. Se não, nem isso.

Mas voltando ao tema central, a primeira questão é que o Vereador Carlos Santos não negou que sobre o estudo encomendado pela Câmara que aconselhou o abate das árvores, houve outro de uma técnica vegetal da Universidade de Aveiro que aconselhava à manutenção das árvores em causa. Houve ou não houve? Conhece-o ou não? Sim ou não, a resposta era simples e não a deu.

Segunda pergunta. O Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz confirmou aqui o que o BE adiantou também. Que de facto está em curso um projecto base para a requalificação das zonas circundantes e, sublinhe-se, um projecto para a construção de

um parque subterrâneo. Isso, a ser verdade, e sublinho que o mesmo está no orçamento da Junta de Freguesia da Vera-Cruz para o próximo ano, foi escondido desta Assembleia Municipal, já que não está na Comunicação do Presidente a esta Assembleia e que está hoje a ser discutida, nem em nenhum outro documento.

Aliás, lamentamos que nenhum deputado nesta Assembleia se tenha indignado com este facto. E a pergunta que o Bloco de Esquerda faz e fez, e para o qual pede uma resposta simples (sim ou não) – e que não foi dada é se o Executivo confirma que esse parque de estacionamento subterrâneo vai ou não ser construído? Se o projecto para ele está já em curso? E porque é que escondeu o projecto desta Assembleia?. Obrigado”

Vogal Nelson Peralta (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [073](#)

“Muito brevemente. Ponto um, ficou aqui demonstrado que há um projecto em curso para um parque subterrâneo para a Avenida. Ponto dois, ficou aqui demonstrado que a Câmara Municipal de Aveiro, omitiu, escondeu, esse projecto em curso da Assembleia Municipal. Não apenas o omitiu em primeira instância como o omite depois de questionada por mim continua a dizer zero palavras sobre o assunto. Portanto a Câmara Municipal está a esconder este assunto. Portanto questões muito simples: há ou não projecto para um parque de estacionamento subterrâneo para a Avenida e haverá ou não rendas cruzadas com construção das escolas para a construção do parque? Tão simples quanto isto.”

Vogal Ernesto Barros (CDS-PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [074](#)

“Só quero referir à nossa Vereadora da Cultura, Dra. Maria da Luz, que como Vereadora da Cultura complementemente com a Direcção artística do Teatro Aveirense. Penso que ela sozinha é capaz de saber levar o Teatro Aveirense a bom caminho e com muito menos custos para a Autarquia. Acho que ela está no bom caminho e acho que o deve fazer. Em relação à “música nos bairros” é uma ideia extremamente interessante. Eu só fazia uma sugestão à Cultura. Depois desta acção ir para a frente e depois de já haver orquestras nos bairros, que ponham essa orquestras a tocar em locais públicos da cidade. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [075](#)

“Sr. Presidente, eu depois de ouvir o Bloco de Esquerda, mais uma vez, eu quero dizer aqui que isto é uma falta de ética e de honestidade política porque vêm para aqui dizer o que não é verdade. Porque a Junta de Freguesia, assim como a Associação Comercial, foi-lhe dado conhecimento das démarches que têm havido para o estudo da avenida. E pôs isto no Plano da Junta, a dizer o estudo que estava a ser feito.

Não! Vocês estão a falar no subterrâneo. Vocês leiam o que está lá escrito. Sejam honestos! Vocês são desonestos politicamente. Aprendam a trabalhar. Aprendam a ser homens, que é aquilo que não são.

Senhor Presidente da Mesa quem não tem dignidade não deve estar aqui.”

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [076](#)

“Relativamente às questões que foram colocadas e à resposta do Executivo e no que toca à informação financeira, eu louvo o esforço que tem sido feito mas de facto não se tem verificado. Deixem-me dar dois exemplos.

O Balancete da Câmara continua a não acompanhar a Comunicação Escrita e se olharmos atentamente para o balanço da EMA reparamos numa coisa curiosa: a

informação encolheu!? Ou seja, os balancetes que apareciam no princípio do ano traziam muito mais informação, traziam as contas desdobradas e neste momento as Contas vêm muito mais compactas. O que torna a leitura muito mais difícil. Sem querer levantar suspeitas e falsos testemunhos, eu creio que terá sido um lapso e, portanto, estou certo que na próxima Assembleia Municipal, as questões virão corrigidas.

Em termos de conteúdo, no que diz respeito à Comunicação do Sr. Presidente, há duas questões que eu gostava de realçar.

A primeira é óbvia, e até vem sublinhada na forma como está escrita, que é a redução do passivo em quatro milhões e meio! Vamos ver se é uma redução efectiva ou se não é uma redução apenas reportada ao mês em causa.

A segunda questão, em termos de conteúdo, prende-se com a taxa de execução das receitas. Eu sei que faz parte do próximo ponto de discussão, mas quem apresenta novamente um orçamento de cento e vinte e sete milhões de euros e apresenta uma taxa de execução de receitas na ordem dos quarenta milhões de euros haverá aqui alguma coisa que certamente não baterá certo.

Há sobretudo uma discrepância gritante naquilo que diz respeito às receitas de capital que se cifram, neste momento, em apenas três milhões de euros.

Portanto, três milhões de euros de receitas à data da Comunicação deste ano, confrontadas com o orçamento do ano que vem, onde as receitas de capital andam na ordem dos sessenta milhões de euros, haverá aqui alguma coisa que não estará, certamente, a bater certo.

Eu até poderia tentar perceber porque é que isto acontece. Aliás como aqui já foi dito noutras alturas, o orçamento que é aqui apresentado ou as grandes opções do plano que são aqui apresentadas, estão de facto sobrestimadas. O que significa que do ponto de vista da sua validade a mesma será muito questionável. Mas também teremos oportunidade de discutir isso na próxima sessão.

Quanto a algumas questões que aqui foram levantadas, em termos de PDA, Moveaveiro, Piscina, Serviços Municipalizados, eu penso que esta não é a altura certa para fazer isto. Mas gostava só de tecer alguns comentários porque são casos diferentes. São casos diferentes, mas no entanto apresentam uma estratégia comum ou apresentam uma intenção comum.

E a questão prende-se do meu ponto de vista, com a dificuldade financeira que a Câmara tem e atravessa e que vai resolvendo à custa da alienação de activos.

No PDA, eu concordo com o Sr. Vereador Pedro Ferreira, de facto, é diferente ter uma posição financeira consoante o montante de capital da empresa. Agora, se calhar, era de todo evitável, aumentar capital para perder a posição maioritária da empresa. Para isso não se aumentava capital e podia-se perder na mesma a posição maioritária que foi o que acabou por acontecer.

Em termos de Moveaveiro. Eu do que li ainda não consegui perceber qual é o motivo de alienação da Moveaveiro!? Sinceramente. Qual é o motivo de fundo. Isto é, eu não coloco em causa o que está a ser concessionado, não coloco em causa a forma como a coisa está a ser feita, mas a minha questão é “porque é que se concessionaria a Moveaveiro?”. “Porque é que há necessidade de se concessionar a Moveaveiro?”. “Porque é que se concessionaria a MoveBus e não se integra no pacote a MoveRia?”. São perguntas que eu não vi respondidas e que gostava de ver.

Porque é que se alienou a piscina? Não estou a falar do processo de alienação. Estou a falar do processo da decisão. Já sei que temos que ir aprofundar a questão, mas o que nós encontramos nos outros municípios é sempre um espaço municipal daquela ordem e daquele género — uma Piscina Municipal. Aqui o processo é inverso. Deixámos de ter esse equipamento e não temos nenhuma piscina municipal ao ar livre. Eu gostava de saber também porque é que se alienou a piscina.

Para terminar, em termos de mobilidade há aqui algumas questões que eu gostaria de colocar. Estão a ser tomadas uma série de decisões e, ao mesmo tempo, foi mandado efectuar, executar ou estudar um plano de mobilidade. Eu gostaria de saber até que ponto é que uma coisa depois vai bater com a outra. Isto é, nós estamos a estudar e ao mesmo tempo a tomar decisões. E se o plano trazer conclusões contrárias às decisões que nós estamos a tomar?”

Vogal Paulo de Jesus (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [077](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu fico sempre muito contente quando uma intervenção gera uma resposta tão variada e tão diversa por parte da Câmara. É sinal que o assunto é importante e que a Câmara lhe dá relevância.

Eu começava por responder a uma frase que o Sr. Vereador disse «Que lhe custou ouvir algumas coisas.» Olhe Sr. Vereador, a mim não me custa nada dizê-las. E ao Partido Socialista também não. Porque eu não quero ser conivente com o que acabei de descrever na minha intervenção. Eu não sou conivente com a delapidação de património público. E tenho de o dizer e dizê-lo em voz alta. E o Senhor há-de contrariar isso, de certeza, mas não me convenceu de forma nenhuma.

E começemos pela questão da ADRA. O Sr. Vereador diz que «outros fazem e nós vamos atrás». Portanto, é bom! Não conseguiu dar nenhuma resposta estruturada pelos benefícios do serviço, dos preços, do que a Câmara encaixou com a venda desse património; não fez nenhuma elaboração sobre esta matéria. E a única justificação que deu foi que os outros também fizeram e, portanto, nós também devíamos fazer.

Como o Sr. Vereador sabe, perfeitamente, a posição do Município de Aveiro era absolutamente única neste negócio. Tinha a rede que tinha, a mais completa, que era absolutamente necessária para a viabilização do projecto. Isto, aliás, é confirmado como já foi dito pelo meu colega de bancada Marques Pereira, por essa incapacidade de gestão e de delapidação do património, quando no plano de saneamento financeiro a Câmara prevê um encaixe de cinquenta milhões e encaixa menos de metade — isto revela, à parte de todas as questões estratégicas deste activo, uma enorme incapacidade de gerir o património. De delapidá-lo. Porque os Senhores previam um encaixe muito maior e fizeram muito menor. Isso é delapidar património dos contribuintes.

Relativamente à Moveaveiro. Sem grandes elaborações, os números que o Sr. Vereador nos apresentou são de facto reveladores também do que é que se passa.

O Sr. Vereador disse-nos que, em quarenta anos, ou tentou-nos contar a história dos quarenta anos. E falou em dois milhões e meio de euros que foram gastos.

Até por intervenções de bancada oposta, nós já verificámos que num enquadramento totalmente diferente, com muitas mais receitas dos estacionamento e etc. a Moveaveiro perde muito mais do que perdia anteriormente. Portanto isso revela mais uma vez a incapacidade de gestão deste Executivo.

E não queria deixar de responder à questão das piscinas que o Sr. Presidente falou.

O processo é longo e é uma telenovela com vários capítulos e que eu não vou citar todos. Mas falamos, mais uma vez, de valor do património.

Eu, pessoalmente, não concordo com a utilização que a Câmara destinou para aquele espaço. Pegar num espaço com aquele perfil e naquela zona e autorizar dezenas de milhares de metros de construção, não é para mim o que se deveria fazer com aquele património.

Mas tem outro pormenor que tem a ver com o património do Município e a sua delapidação. É que o Sr. Presidente apresentou na altura uma avaliação daquele património devidamente justificada. E com certeza que essa avaliação era para ter lá piscinas. Não era para ter dezenas de milhares de metros quadrados de construção. E

como se viu posteriormente, passadas umas horas, aquele património valia mais. E, portanto, isso é delapidar o património. Mesmo que o Sr. Presidente assumisse que devíamos fazer ali aquela construção daquela maneira, tinha vendido por valores muito mais importantes para o Município.

Portanto de delapidação em delapidação não resolve problema financeiro nenhum. E faz outra coisa. A venda que os Senhores promovem, é património estratégico para o Município. E a resolução dos problemas financeiros da Câmara não pode ser feita alienando património estratégico do Município. E é isso que os Senhores estão a fazer de forma irreparável. Disse.”

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [078](#)

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Tentar estabelecer alguma regra nestes diálogos com o Sr. Presidente da Câmara sobre a questão dos concursos públicos, porque de facto ou bem que usamos de frontalidade e sem hipocrisias ou bem que temos de entrar noutro jogo que não interessa e não dignifica o órgão.

Aquilo que nós dissemos há seis meses atrás era que o processo que estava a ser construído para a abertura dos concursos públicos era uma decisão política, exclusivamente política — não tem nada a ver com técnicos.

Não coloque nas nossas intenções qualquer tipo de acusação de falta de ética aos técnicos ou às pessoas envolvidas. Mas há uma decisão política. E a decisão política tem a ver com os critérios que estão subjacentes a este processo. E nós estamos a falar de contratação através de avaliação curricular, entrevista, teste.

A entidade que V. Ex.a falou, exclusivamente elabora os testes. Não tem nenhuma participação na correcção destes testes. Nem esta entidade definiu em circunstância alguma que determinado tipo de candidato teria que fazer uma prova, teria que fazer a análise curricular.

E aquilo que nós dissemos há seis meses atrás, que mantemos, e agora basta olhar para o site (a Sra. Vereadora com o subterfúgio legal também não quis responder, mas eu tenho aqui o site à minha frente) e está aqui explícito: «classificação final». Ainda não há uma decisão final mas há uma classificação final. É visível para todos. Aquilo que nós dissemos há quatro ou cinco meses atrás, era que este concurso está feito para um conjunto de pessoas que neste momento trabalham para o Gabinete do Sr. Presidente da Câmara e dos Srs. Vereadores — para poderem ter acesso a um conjunto de lugares. Estamos a falar de “jobs for the boys”.

Face à situação que vivemos neste momento é, e pedimos ao Sr. Presidente que nos diga, e foi uma pergunta muito clara e sem hipocrisias, e agora refaço a pergunta: quando o procedimento administrativo estiver concluído, pedimos à Câmara que nos traga a relação das pessoas que ficaram classificadas em primeiro e que portanto vão integrar o quadro da Câmara, e nos diga o que é que estas pessoas faziam no momento exactamente anterior a incorporarem este lugar na Câmara.

Depois disso não seremos nós a avaliar, serão os aveirenses a avaliar, se as pessoas que hoje trabalham consigo, por acaso, por coincidência, terão alguma coisa a ver com os lugares do concurso público que agora vai findar.

Depois quando trazer essa lista os aveirenses terão a possibilidade de julgar. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [079](#)

“Muito rápido Sr. Presidente. Era uma questão que eu gostaria de ter colocado na intervenção anterior, mas passou-me. Tem a ver com o concurso que foi feito pela Câmara

Municipal de Aveiro que na minha perspectiva, na sua génese, é muito interessante. Tem a ver com o concurso de ideias chamado “Cá Fora”.

É da responsabilidade do Município, e promove o aparecimento de novas ideias para implementar em espaços públicos do Concelho de Aveiro.

Contudo, eu gostava de deixar aqui um pequeno apontamento porque o vencedor deste concurso, a proposta dele, tinha a ideia de decorar as passadeiras para peões substituindo as listas brancas por imagens fotográficas, banda desenhada, esculturas de artistas locais ou trabalhos de jovens criadores — é um pequeno alerta. Isto não pode acontecer porque a intervenção, nomeadamente nas passadeiras, rege-se por normas e regulamentos e, portanto, lamento dizê-lo, mas esta ideia, por muito interessante que possa parecer, não é executável. Muito obrigado.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [080](#)

“Serei muito rápido. As minhas primeiras palavras vão para agradecer aos Srs. Vereadores e ao Sr. Presidente da Câmara o facto de nos ter esclarecido as questões que nós colocámos.

O segundo ponto tem a ver com esta insinuação dos “jobs for the boys” que a considero muito grave. Aliás, eu lembro que esta expressão dos “jobs for the boys” surge numa altura em que o partido socialista estava no governo e gravitavam um conjunto de jovens que queriam os empregos que o Eng. Guterres, na altura, lhes proporcionava. Penso que o Partido Socialista está a ver ainda esse género de fantasmas. E, realmente, eu penso que no tempo do Dr. Alberto Souto é capaz de ter acontecido uma série. Pelo menos de muitos destes casos de pessoas que estão a recibos verdes na Câmara Municipal de Aveiro, em que agora há a possibilidade de legalmente de os poder introduzir nos quadros, como eticamente se deve fazer. Afinal, o Partido Socialista está contra, porque isto vai encontrar fantasmas no sótão, vai encontrar coincidências, vai encontrar uma série de coisas assim. É claro que podem insinuar essas coisas todas, fica-lhe é mal essa coisa dos “jobs for the boys”.

Outra expressão que o Partido Socialista utilizou e que também fica muito mal tem a ver com a delapidação do património. Eu gostava de saber é quem é que andou a delapidar o património de Aveiro, durante estes anos todos. Tendo uma ilusão de que se andava a construir muito património quando na realidade aquilo que se andava a fazer era minar fundações que não nos permitem, agora, podermos ter, realmente, o património que nós gostávamos de ter. Não é o caso das Águas de Aveiro. Agora, é o caso das piscinas. Este problema todo das piscinas surge, precisamente, por delapidação do património, mas isso da responsabilidade do Partido Socialista. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: [082](#)

“Só duas notas porque há coisas que desagradam. Primeiro em relação à piscina, foi uma pena. Ia consultar os documentos, repare... O desafio que eu lhe lancei não foi dê aí uma opinião sem saber. Não! Foi, vá consultar os documentos, analise, aprofunde, averigúe, e traga-nos aqui as conclusões. Portanto, eu pretendia que se informasse. E não sei se hei-de falar já ou se hei-de aguardar que faça essa análise.

Eu penso que é mais sério falar com esse conhecimento de causa e perceber onde é que está a incompetência de arrastar o Município para a ruína como foi arrastado com a assinatura de sucessivos protocolos em que se assumem compromissos. Em cada ano era um. Era construir seis campos de graça, era construir uma sede de graça, era pagar as obras todas feitas. Em cada ano era um. Isso no fim sem cumprir nenhum, em oito anos. Por isso é que eu pedi para irem ver os documentos todos para perceber a história e para

perceber o que aconteceu. Foi para salvar o Município de uma dívida que já andava... (ouvem-se vozes). Afinal, só uma nota. Agora é ao contrário. Pode custar-lhe a ouvir mas não me custa dizer-lhe. Agora é ao contrário do Sr. Eng. Carlos Santos. Nós, no fundo, salvámos o Município de uma dívida que atingiria... (ouvem-se vozes) custa a ouvir, eu sei que custa, mas não me custa dizer. Esforcei-me por não o dizer, fui sensato e aconselhei-os primeiro a ler e depois trazerem cá o assunto. Só para dar a ideia, salvámos o Município de quinze milhões na altura. E fica já aqui dito: quinze milhões na altura.

E como já passaram talvez dois anos, é mais um milhão. Porque um dos protocolos que estava assumido era que se teria de pagar ao Beira-Mar, durante vinte anos, quinhentos mil euros todos os anos. Portanto foi disto que nós limpámos o Município. E é sobre isto que estamos a falar. E sei que custa a ouvir, naturalmente.

Quanto à segunda questão. Está efectivamente aqui posta em causa, embora o Dr. Gonçalo Fonseca quisesse inicialmente fugir à questão, é a honestidade, é a integridade da equipa que está a coordenar este processo dos concursos de pessoal. São eles que são, naturalmente, os responsáveis por todas as decisões. Está em causa a honestidade e a integridade de todos os membros dos júris — está aqui posta em causa. Agora há uma coisa que eu garanto. Enquanto estes conselheiros, sábios, que aqui estão, em relação ao pessoal, durante dois mandatos, admitiram perto de trezentos novos funcionários para o Município. Nós em cinco anos já reduzimos em trezentos o número de funcionários do Município. Portanto a diferença é esta: uns, que se dizem partido dos trabalhadores, partidos de esquerda (no discurso) e que na prática fazem o que fazem, deixam as situações por legalizar. Quando nós sairmos do Município todos os funcionários que lá estão, porque nós respeitamos muito os trabalhadores, respeitamos quem trabalha, todos eles, não-de ter a sua situação devidamente legalizada.

E depois também dar-vos uma garantia. É que se abrimos um concurso para trinta e sete ou para trinta e nove, é para trinta e sete ou trinta e nove que vão entrar. Não vamos fazer como já alguém fez no passado recente em que abre um concurso para sete e depois admitiu vinte e oito ou vinte e nove, nesse concurso. Nós vamos manter sempre a abertura do concurso para as pessoas que queremos legalizar, porque esse é o nosso dever. O trabalho é um valor que temos de preservar e defender e temos que respeitar as pessoas. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa, deu por encerrada ¹⁰⁸³ a segunda reunião da Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 29 de Dezembro (4.ª feira) pelas 20:00 horas.

Eram 01:30 horas do dia 28 de Dezembro de 2010.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(5:00)